

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2021
(em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A MGI - Minas Gerais Participações S.A. (“Companhia”) é uma pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital aberto, controlada pelo Estado de Minas Gerais (“EMG”), vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (“SEF”) e com sede em Belo Horizonte/MG.

A MGI tem como objeto social:

- a) Participar na formação acionária de empresas situadas no território mineiro, em fase de instalação, modernização ou expansão, que apresentem índices técnicos e econômico-financeiros satisfatórios, bem como participar de projetos de desenvolvimento regional de interesse público que, elaborados em conjunto com a Administração Pública do EMG, tenham por objetivo o desenvolvimento das atividades econômicas nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços no EMG;
- b) Promover associações de empresas, mesmo que delas não participe acionariamente, a fim de ampliar o parque industrial e agroindustrial mineiro;
- c) Prestar apoio técnico e de gestão administrativa na política de privatização do EMG, nos termos da legislação em vigor;
- d) Assessorar os dirigentes da SEF e colaborar com o Sistema Estadual de Finanças nos assuntos relacionados com as participações acionárias do EMG;
- e) Realizar operações de aquisição de créditos do EMG, conforme previsto em leis estaduais, e a captação de recursos com o objetivo de aquisição de tais créditos, por meio de operações de mercado de capitais, podendo prestar garantias reais para tanto;
- f) Prestar serviços de Administração de Ativos, por conta e ordem dos contratantes, em especial de órgãos, entidades e empresas integrantes da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo:
 - i) alienação de bens não de uso, observado o procedimento licitatório próprio (concorrência ou leilão), bem como a execução dos atos preparatórios respectivos (avaliação prévia e outros) aplicáveis a estes;
 - ii) administração de créditos, promovendo cobrança administrativa dos que integram carteira ativa e dos créditos em liquidação, realizar acordos e acompanhar a regularidade dos respectivos pagamentos, tudo em conformidade com as normas cabíveis e as orientações do contratante.
- g) Criação e/ou participação em empresa destinada a fomentar a política estadual de concessões e de parcerias público-privadas, podendo, para tanto, contratar e assumir obrigações, inclusive de natureza financeira relacionada às contraprestações pecuniárias ou de quaisquer outras naturezas, e prestar garantias nos contratos das espécies;

- h) Atuar como mandatária do Estado em contratos de concessões e de parcerias público-privadas;
- i) Promover ações que visem ao desenvolvimento do Estado, em conjunto com os órgãos e entidades da administração pública estadual, por meio da realização de convênios ou outros instrumentos congêneres, com vistas à contratação, construção, ampliação, aquisição e cessão de bens móveis e/ou imóveis, bem como a realização e/ou contratação de projetos e pesquisas de interesse da administração pública estadual;

Aspectos operacionais

Por força de contrato celebrado com o EMG por meio da SEF, a Companhia realiza a prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo EMG em decorrência da extinção da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (“Minascaixa”) e, também, dos ativos adquiridos pelo EMG no processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado de Minas Gerais (“Bemge”) e Banco de Crédito Real de Minas Gerais (“Credireal”).

A Companhia atua, também, na recuperação de créditos próprios (“créditos em liquidação”), adquiridos junto aos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal mediante contrato de cessão de créditos. Por força do contrato de cessão firmado entre a Companhia e o Bemge, 90% do resultado líquido positivo semestral da recuperação dos créditos é distribuído aos ex-acionistas do Bemge, conforme posição acionária em 29 de junho de 1998, dos quais o EMG possui 77,22% de participação. A distribuição é provisionada mensalmente e ajustada ao fim do semestre. Em relação à recuperação de créditos oriundos do Credireal, 100% do resultado apurado pertence à Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as receitas provenientes da recuperação de créditos totalizaram R\$4.051 e R\$6.457, respectivamente (vide nota 17).

Conforme autorizado pela Lei Estadual nº 19.266, de 17 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos contribuintes (“Contribuintes”), objeto de parcelamentos administrativos (“Parcelamentos”) referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS (“Créditos Tributários”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do EMG (“Direitos de Crédito Autônomos” - vide nota 7.c).

A realização dos Direitos de Crédito Autônomos no valor de R\$1.070.490 em 31 de dezembro de 2021, objeto do Contrato de Cessão Onerosa, depende da efetivação do fluxo de recebimento previsto. Adicionalmente, os Direitos Creditórios poderão ter sua liquidez afetada caso haja o aumento da inadimplência (vide nota 7.c).

A aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos foi feita por intermédio da segunda Emissão de Debêntures Subordinadas, no montante de R\$1.819.000 (“Debêntures Subordinadas”) (vide nota 12), totalmente subscritas pelo EMG. Em seguida, a carteira de direitos creditórios foi dada como garantia para a Terceira Emissão de Debêntures Simples (“Debêntures Seniores”), não Conversíveis em Ações, em série única, da Espécie com Garantia Real, no montante de R\$ 316.000, cujo recebimento líquido foi usado para amortizar as Debêntures Subordinadas.

Em 26 de novembro de 2015, a Companhia realizou a 5ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação. Esta emissão totalizou 650 debêntures de valor unitário de R\$1.000. A garantia das debêntures emitidas é dada pela: (i) alienação fiduciária de 14.000.066 ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG (CMIG4), de titularidade da MGI, (ii) pela cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de Contrato de Hedge, pela cessão fiduciária de direitos creditórios de Contrato de Empréstimo de Ações, por meio do qual foram emprestadas ao Banco de Investimentos Credit Suisse 87.061.380 ações CMIG4s (vide nota 11.a), e (iii) pela cessão fiduciária da conta vinculada à operação, em que são depositados os proventos (juros sobre capital próprio, dividendos, bonificações) relativos às ações alienadas e emprestadas.

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o CPC 26(R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis e com a norma internacional IAS 1 – Presentation of Financial Statements, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras - DF.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2022.

b. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto nos seguintes casos: determinados instrumentos financeiros, mensurados por seus valores justos por meio do resultado; participação em controlada, mensurada pelo método de equivalência patrimonial; ativos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado e em outros resultados abrangentes; e ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com o CPC/IFRS, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, e as informações sobre incertezas e sobre premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- Nota 07 – Contas a receber de clientes e outros créditos
- Nota 08 – Opções flexíveis de ações
- Nota 11 – Outros investimentos
- Nota 12 – Debêntures
- Nota 13 – Obrigações por repasse
- Nota 22 – Contingências não provisionadas

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

Conforme o CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender a ambas condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um instrumento patrimonial, a escolha é feita investimento por investimento. Se mantido para negociação será mensurado como VJR, ou, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA).

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA, como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48/IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados ao VJORA: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou liquidada.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar, debêntures e obrigações por repasse (notas 12 e 13).

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

iii. Capital social

Ações ordinárias e preferenciais

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários. A Companhia não possui ações preferenciais.

Os dividendos mínimos obrigatórios, quando devidos, são declarados na Assembleia Geral Ordinária realizada nos quatro primeiros meses do exercício subsequente, conforme definido no Estatuto Social e na Política de Distribuição de Dividendos.

b. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos e identificados como não tendo sofrido perda de valor são avaliados coletivamente para possibilitar a constatação de qualquer perda no valor.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma subconta dos recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e reconhecida no resultado.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 9 meses como prolongado.

A Companhia possui os seguintes ativos com ajuste ao valor recuperável: Direitos Creditórios Autônomos (vide nota 7.c), e crédito a receber junto a Góes Cohabita (operação de mútuo) decorrente de alienação de participação acionária no Banco Agrimisa (vide nota 7.d).

Em relação aos Direitos Creditórios Autônomos, a perda no valor recuperável é dada pelo montante provável de perda da carteira (Perda Estimada), decorrente de inadimplência ou de *default*, conforme estabelecido na nota explicativa 7.c.

c. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

d. Receita operacional

i. Serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida no resultado tendo como base o mês da prestação do serviço, que ocorre mensalmente para o contrato de administração de ativos celebrado com a Secretaria de Estado da Fazenda SEF/MG. Para o contrato de alienação de imóveis, celebrado com a SEF, é considerado como mês base da prestação de serviço a data de finalização do processo de venda dos imóveis, sobre a qual a Companhia recebe uma comissão.

ii. Recuperação de créditos e Direitos de Crédito Autônomos

As receitas de recuperação de créditos adquiridos pela Companhia junto aos bancos Bemge e Credireal, por se tratarem de créditos contingentes decorrentes de operações de crédito com qualidade deteriorada e, portanto, registrados como créditos em liquidação nas instituições financeiras de origem, são reconhecidas somente no momento do efetivo recebimento financeiro.

Os Direitos de Crédito Autônomos são atualizados de acordo com as legislações e resoluções fiscais, que definem a taxa Selic, aplicada sobre o montante inicial do parcelamento (juros simples), como a taxa de correção dos parcelamentos. Essa atualização é considerada parte da receita operacional da Companhia.

iii. Receitas de participações acionárias

As receitas de participações acionárias são representadas por dividendos e juros sobre o capital próprio decorrentes de investimentos registrados pelo valor justo ou custo histórico, quando aplicável.

As distribuições de dividendos recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

e. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de atualização de créditos tributários, de aplicações em fundos e em CDBs e rendimentos de títulos e valores mobiliários. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com variações negativas de ativos financeiros, encargos financeiros incidentes sobre passivos e despesas bancárias diversas.

f. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente é reconhecida no resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, relacionados a ajustes de avaliação patrimonial de ativos mensurados pelo valor justo, são classificados como passivos fiscais diferidos, cuja variação encontra-se reconhecida em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social não foi reconhecido por falta de evidências convincentes de que haverá lucro tributável para compensação futura dos prejuízos fiscais.

g. Informação por segmento

A Administração entende haver apenas um segmento operacional, identificado a partir da maneira pela qual os processos são organizados dentro da Companhia para a tomada de decisões operacionais e para a avaliação de desempenho. As informações financeiras são divulgadas da mesma maneira e baseadas nas mesmas políticas como são reportadas internamente e utilizadas pelo principal gestor ou grupo de pessoas que tomam decisões sobre os recursos a serem alocados e avaliam o seu desempenho.

h. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

i. Novas normas ou revisões aplicadas pela primeira vez em 2021

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. Futuramente, caso os expedientes práticos se tornem aplicáveis, a Companhia tem a pretensão de utilizá-los.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. Como a Companhia não possui operações por meio contratos de arrendamento, essa alteração não causou impacto nas demonstrações financeiros da Companhia.

j. Novas normas e interpretações não vigentes ainda não adotadas pela Companhia

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC o Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: O que significa um direito de postergar a liquidação;

- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;

Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de debêntures existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de ‘estimativa contábeis’. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

4.1 Mensuração

a. Investimentos em instrumentos patrimoniais

O valor justo de instrumentos patrimoniais é apurado tendo como referência seus preços de fechamento na data de apresentação das informações financeiras e, se não há cotação de mercado, através de técnica de “valuation”. Técnicas de “valuation” aplicadas incluem múltiplos de mercado e fluxos de caixa descontados, usando fluxos de caixa esperados e uma taxa de desconto de mercado (vide nota 23).

b. Direito Creditório – Credit Suisse

O Direito Creditório destacado na nota explicativa 7.e refere-se ao empréstimo das ações da CEMIG ao Banco de Investimentos Credit Suisse e, por ser um instrumento financeiro, é reconhecido pelo valor justo, que é calculado com base nas cotações das ações da CEMIG.

c. Opções Flexíveis sobre ações

As opções flexíveis sobre ações foram precificadas a valor justo conforme nota explicativa 8.

4.2 Divulgação

a. Direitos de Créditos Autônomos

O valor justo da carteira é dado pela diferença entre a exposição da carteira no momento do default (EAD) e a perda estimada da carteira (PE), calculada conforme nota explicativa 23, subtraído o Ajuste a Valor Justo (AVJ), explicado na nota 7.c. Os valores obtidos estão demonstrados abaixo:

	Exposição da Carteira (EAD)	Perda Estimada (PE)	Ajuste a Valor Justo (AVJ)	Valor Justo DCA (EAD - PE - AVJ)
31/12/2020	1.923.685	(978.849)	(2.757)	942.079
31/12/2021	1.700.232	(629.532)	(210)	1.070.490

b. Debêntures Subordinadas

As debêntures subordinadas são contabilizadas pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos, na medida em que a diferença entre o valor da emissão (R\$1.819.000) e o valor justo da carteira cedida pelo EMG em troca das debêntures emitidas pela MGI, no reconhecimento inicial (R\$1.084.000), é tratada como encargo financeiro.

c. Debêntures de 5ª Emissão

As debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”), com intermediação de coordenadores, exclusivamente junto a Investidores Qualificados, no montante de R\$650.000, que foi considerado o valor justo desde o reconhecimento inicial.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	605	128
Aplicações financeiras	71.374	17.797
	71.979	17.925

As aplicações financeiras da Companhia são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Os Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”) são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a qualquer tempo. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre Caa1 e Aa1, baseado na escala nacional da agência Moody’s.

6 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras vinculadas à:		
Convênios	a. 1.544	7.374
Debêntures	b. 72.645	62.793
Circulante	74.189	70.167
Aplicações financeiras vinculadas à:		
Debêntures	b. 107.084	115.152
Não circulante	107.084	115.152
Total	181.273	185.319

Os títulos e valores mobiliários da Companhia são classificados como custo amortizado e referem-se a:

- Aplicações financeiras vinculadas ao programa de convênios.
- Aplicações financeiras vinculadas aos pagamentos das debêntures da quinta emissão. Essas contas foram abertas com a finalidade de atender às estruturas previstas na respectiva escritura. A quinta emissão de debêntures, que reestruturou a quarta emissão, cujos recursos captados foram destinados a programas sociais previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental do EMG, tem como uma de suas garantias uma conta vinculada na qual são depositados todos os proventos relativos às ações CMIG4 alienadas e emprestadas.

7 Contas a receber e outros créditos

		31/12/2021	31/12/2020
JCP/Dividendos a receber - parte relacionada	a.	850	-
JCP/Dividendos a receber		2	10
Valores a receber de clientes - parte relacionada	b.	573	430
Outras contas a receber – diversos		304	249
Créditos a recuperar		14	14
Direitos de Créditos Autônomos – parte relacionada	c.	1.070.490	9.042
Contas a receber do EMG	g.	19.240	-
Contas a receber - Credit Suisse	f.	48.479	28.089
Direitos Creditórios - Credit Suisse	e.	121.371	152.192
Circulante		1.261.323	190.026
Direitos de Créditos Autônomos	c.	-	933.037
Outras Contas a receber – diversos		799	810
Créditos a receber - Goes Cohabita	d.	5.105	5.105
Prov. para perdas de créditos a receber	d.	(5.105)	(5.105)
Direitos Creditórios - Credit Suisse	e.	1.020.004	1.065.346
Não Circulante		1.020.803	1.999.193
Total		2.282.126	2.189.219

- a) Os dividendos e juros sobre o capital próprio a receber decorrem dos investimentos da Companhia em partes relacionadas – BDMG no valor de R\$850.
- b) Saldo em aberto em 31 de dezembro de 2021 com o EMG referente a contratos de prestação de serviços firmados junto à Secretaria de Estado de Fazenda (“SEF”) no valor de R\$ 564, e Contrato de prestação de Alienação de imóveis com a Codemge no valor de R\$9.
- c) Direitos de Créditos Autônomos - Em 24 de julho de 2012, a Companhia firmou com o EMG contrato de cessão e aquisição de Direitos de Crédito Autônomos, tendo como intervenientes e anuentes o Itaú Unibanco S/A, a SEF e a AGE, direitos estes livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios e preferências decorrentes da propriedade de referidos Direitos de Crédito Autônomos, observados os termos, condições e restrições estabelecidos neste Contrato de Cessão Onerosa e na Lei nº 19.266/10.

O valor nominal adquirido foi de R\$1.819.000, contudo, devido à natureza e à composição do total de créditos cedidos, no momento da transferência dos créditos, a Companhia apurou um valor de R\$1.821.160, sendo que a diferença de R\$2.160 será objeto de ajuste entre o EMG e a Companhia, conforme o primeiro aditamento ao contrato de cessão. Esta diferença teve como contrapartida a rubrica de obrigações por repasse (conforme nota explicativa 13.d).

O valor nominal adquirido de R\$1.819.000 teve como contrapartida a emissão das debêntures subordinadas, no mesmo valor, registradas no passivo a longo prazo.

Os Direitos de Créditos Autônomos estão em conformidade com as informações prestadas pela SEF na data base de 31 de dezembro de 2021.

As parcelas a receber estão classificadas em circulante e não circulante, conforme demonstrado a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Movimen- -tação	Renego- -ciação (AVJ)	Variação AVJ e impairment	Atualização Monetária	Recebi- -mentos	Contas a receber do EMG	Saldo em 31/12/2021
Circulante	9.042	1.713.472	6.801	-	50.042	(37.468)	(41.657)	1.700.232
Ajuste a valor justo CP	-	(499)	-	289	-	-	-	(210)
Impairment Acumulado CP	-	(687.752)	-	58.220	-	-	-	(629.532)
Não Circulante	1.914.643	(1.713.472)	(201.811)	-	640	-	-	-
Ajuste a valor justo LP	(2.757)	499	-	2.258	-	-	-	-
Impairment acumulado LP	(978.849)	687.752	205.136	85.961	-	-	-	-
Totais	942.079	-	10.126	146.728	50.682	(37.468)	(41.657)	1.070.490
Circulante	9.042	1.025.221	6.801	58.509	50.042	(37.468)	(41.657)	1.070.490
Não Circulante	933.037	(1.025.221)	3.325	88.219	640	-	-	-

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou a baixa do valor de R\$41.657 no valor da carteira referente a créditos arrecadados diretamente pelo EMG (R\$1.969 em 31/12/2020). Esses valores são transferidos para a rubrica contas a receber do EMG (nota 7.g), da qual são baixados após o efetivo repasse para a MGI.

Com a finalização do contrato de cessão e aquisição de Direitos de Crédito Autônomos em 24 de julho de 2022, os valores da carteira registrados no ativo não circulante foram transferidos em sua totalidade para o ativo circulante da Companhia, certo de que serão utilizados para quitação das debêntures subordinadas, cujo vencimento ocorre juntamente com o prazo final do contrato, conforme cláusulas do já citado documento.

O governo do Estado de Minas Gerais, por meio do Decreto nº 48.195, de 25 de maio de 2021, implantou o programa REFIS ICMS 2021, que dispõe sobre pagamento, com reduções e condições especiais, de crédito tributário relativo ao ICMS. Isso causou impactos na carteira de Direitos de Créditos Autônomos, que são compostos de dívidas tributárias de contribuintes relativos ao ICMS. Com adesão de alguns devedores ao programa, ocorreu grande aumento da Carteira Ativa, gerando enorme impacto nos valores a receber, R\$ 92.294 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 50.344 em 31 de dezembro de 2020, tudo isso devido ao refinanciamento das dívidas.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa 23.

Apesar da finalização do contrato de cessão e aquisição de Direitos de Crédito Autônomos, já explicado acima, a segregação da composição da conta dos Direitos de Créditos Autônomos não rompidos, conforme prazo de realização, o qual será continuado com a cessionária, está demonstrada abaixo:

CARTEIRA DE RECEBÍVEIS	
CLASSIFICAÇÃO	SALDO DEVEDOR
Vencidos, mas não rompidos	
A vencer	161
Até 12 meses	40.537
de 12 a 24 meses	10.251
de 24 a 36 meses	8.869
de 36 a 48 meses	7.964
de 48 a 60 meses	7.458
Após 60 meses	17.054
Total do valor nominal atualizado	92.294
Direitos Creditórios Rompidos (1)	1.607.938
Ajustes a valor justo (2)	(210)
Impairment acumulado (3)	(629.532)
Total	1.070.490

- (1) Refere-se a créditos vencidos e não recebidos cuja inadimplência supera noventa dias, considerados rompidos pelas normas de parcelamento.
- (2) Refere-se ao custo de transação da carteira, dado pela diferença entre o custo de aquisição da carteira e seu valor justo no reconhecimento inicial, e é contabilizado pelo custo amortizado, usando o método dos juros efetivos.
- (3) Diferença entre o valor contábil e o valor justo da carteira, em 31 de dezembro de 2021.

Impacto do COVID-19 na Carteira de Direitos de Créditos Autônomos - DCA

O COVID-19 causou impactos na economia, diante da situação de pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a qual reforçou a necessidade de implementação de medidas de distanciamento social que impactam negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de oportunidades no mercado de trabalho e fechamento de lojas e instalações. Isso para o Estado de Minas Gerais foi prejudicial, pois é daí a sua maior obtenção de receita, que é o recolhimento do imposto ICMS que incide sobre as mercadorias e serviços vendidos.

Esses impactos econômicos geraram reflexos na carteira de Direitos de Crédito Autônomos, cujas alterações no trimestre findo em 31 de dezembro de 2021 encontram-se apresentadas trimestralmente a seguir:

Carteira Ativa			
Mês	Carteira Ativa*	Variação Trimestral (R\$)	Variação Trimestral (%)
Dezembro/2019	80.044	-	-
Março/2020	74.818	(5.226)	(6,53)
Junho/2020	42.983	(31.835)	(42,55)
Setembro/2020	50.344	7.361	17,13
Dezembro/2020	52.816	2.472	4,91
Março/2021	52.577	(240)	(0,45)
Junho/2021	103.987	51.410	97,78
Setembro/2021	110.286	6.299	6,06
Dezembro/2021	92.294	(17.992)	(16,31)

*Carteira líquida

Carteira de Créditos Rompidos			
Mês	Rompidos	Variação Trimestral (R\$)	Variação Trimestral (%)
Dezembro/2019	1.793.136	-	-
Março/2020	1.807.999	14.863	0,83
Junho/2020	1.853.107	45.108	2,49
Setembro/2020	1.864.366	11.259	0,61
Dezembro/2020	1.870.869	6.503	0,35
Março/2021	1.881.255	10.386	0,56
Junho/2021	1.654.110	(227.145)	(12,07)
Setembro/2021	1.607.811	(46.299)	(2,80)
Dezembro/2021	1.607.938	127	0,01

Recebimentos Trimestrais			
Mês	Recebimentos	Variação Trimestral (R\$)	Variação Trimestral (%)
Dezembro/2019	4.348	-	-
Março/2020	4.476	128	2,94
Junho/2020	2.563	(1.913)	(42,74)
Setembro/2020	3.190	627	24,46
Dezembro/2020	3.218	28	0,88
Março/2021	2.795	(423)	(13,14)
Junho/2021	1.874	(921)	(32,95)
Setembro/2021	17.662	15.788	842,48
Dezembro/2021	37.374	19.712	111,61

Conforme se verifica nos demonstrativos acima, houve um relevante aumento da inadimplência desde o início da pandemia, ocasionando acentuada redução da carteira ativa devido à migração de créditos ativos para rompidos. Como consequência, observa-se uma forte queda nos recebimentos. Percebe-se uma acentuada queda no 2º trimestre de 2020, com uma pequena recuperação já no 3º trimestre de 2020 devido a certa flexibilização do isolamento e a reabertura de parte do comércio e nota-se o início de uma retomada, com a desaceleração do crescimento dos créditos rompidos e um singelo crescimento nos recebimentos. No 4º trimestre de 2020 observa-se certa estabilidade e no 1º semestre de 2021, novamente queda moderada nos recebimentos, provavelmente resultado de retração econômica no Estado de Minas Gerais com relevante participação da 2ª onda da COVID 19. Percebe-se que no 2º trimestre de 2021 ocorreu significativo aumento da carteira ativa e queda nos créditos rompidos, resultado de renegociações de dívidas tributárias efetuadas no 2º trimestre, com grande impacto nos recebimentos a partir do terceiro trimestre de 2021.

- d) Em 1989, a MGI alienou o controle acionário do Banco Agrimisa S.A. para a Góes Cohabita Participações Ltda. Em 1990 foi ajuizada Ação Popular nº 6667027-86.1990.8.13.0024, ainda em trâmite, visando anular a operação de alienação citada. Considerando este fato, o Conselho de Administração da Companhia, de forma a prevenir os efeitos de eventual sucesso da Ação Popular, deliberou pela provisão da perda total do crédito, em 20 de junho de 2002, conforme Ata da 95ª Reunião.

- e) Direitos Creditórios do Empréstimo de Ações, relativos a 87.061.380 ações CMIG4, correspondentes à obrigação assumida pelo Banco de Investimentos Credit Suisse (BICS) de devolvê-las, conforme definido no Contrato de Empréstimo de Ações. Em janeiro de 2021, ocorreu o vencimento da 4ª tranche das opções de compra e venda, e com isso, deveria haver a devolução de 5.330.927 ações CMIG4 para a MGI, porém decidiu-se fazer o 10º aditamento do Contrato de Empréstimo de Ações CMIG4, com o BICS devolvendo apenas a diferença entre a quantidade que deveria devolver e a quantidade de ações que deveria receber da MGI devido ao anúncio de Distribuição de Juros sobre Capital Próprio em 30 de dezembro de 2020 (1.672.704 ações), resultando em 3.658.223 ações CMIG4 devolvidas a MGI. Com a Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária da Cemig ocorrida em abril de 2021, foi deliberado, dentre outros, uma bonificação de 11,496899948% em novas ações, ocasionando aumento de 9.193.366 ações CMIG4 emprestadas.

Com o vencimento da 5ª tranche das opções flexíveis de venda e compra ocorrida em julho de 2021, a MGI recebeu a devolução de 2.095.903 ações CMIG4, conforme estipulado no 11º aditamento do Contrato de Empréstimo de Ações CMIG4. Com isso, o total de ações recebidas em devolução do BICS no decorrer do exercício em análise é de 5.754.126 ações da Cemig.

A MGI, baseando-se no CPC 48 – Instrumentos financeiros, apurou perda de ajuste a valor justo sobre 87.061.380 ações da CEMIG emprestadas ao Credit Suisse, lançado diretamente em conta de resultado. O quadro abaixo destaca as informações:

Ações	Quantidade de ações em 31/12/2020	Quantidade de ações em 31/12/2021	Custo de aquisição ou Cotação em 31/12/2020 (R\$)	Cotação em 31/12/2021 (R\$)	Redução do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/12/2020	Empréstimos e devoluções	Ganho/Perda de Valor Justo(R\$)	Valor justo em 31/12/2021
CEMIG	83.622.140	83.622.140	14,56	13,11	(1,45)	1.217.538	-	(121.252)	1.096.286
		(5.754.126)	10,8177	13,11	2,2923	-	(62.246)	(13.190)	(75.436)
		9.193.366	-	13,11	13,11	-	-	120.525	120.525
Totais		87.061.380				1.217.538	(62.246)	(13.917)	1.141.375
Circulante		9.257.866						121.371	
Não circulante		77.803.514						1.020.004	

Ações	Quantidade de ações em 31/12/2019	Quantidade de ações em 31/12/2020	Custo de aquisição ou Cotação em 31/12/2019 (R\$)	Cotação em 31/12/2020 (R\$)	Redução do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/12/2019	Empréstimos e devoluções	Ganho/Perda de Valor Justo(R\$)	Valor justo em 31/12/2020
CEMIG	86.055.995	86.055.995	13,79	14,56	0,77	1.186.712	-	66.263	1.252.975
		3.580.847	0,00	14,56	14,56	-	-	52.137	52.137
		(4.144.683)	13,9554	14,56	0,6046	-	(57.841)	(2.506)	(60.347)
		(1.870.019)	6,57	14,56	7,99	-	(12.286)	(14.941)	(27.227)
Totais		83.622.140				1.186.712	(70.127)	100.953	1.217.538
Circulante		10.452.766						152.192	
Não circulante		73.169.374						1.065.346	

- f) As contas a receber do Credit Suisse, no montante de R\$48.479, referem-se a juros sobre capital próprio deliberados pela Cemig correspondentes às ações CMIG4 emprestadas pela MGI ao Credit Suisse, a serem pagos em duas parcelas até 31 de dezembro de 2022. Conforme cláusula 3.3 do contrato de empréstimo de ações, os proventos líquidos efetivamente recebidos pelo Credit Suisse, relativos às ações emprestadas, serão ressarcidos à MGI em até 01 (um) dia útil após a solicitação formal pela Companhia.
- g) Os créditos a receber do Estado de Minas Gerais referem-se a pagamentos de direitos de créditos autônomos efetuados pelos contribuintes diretamente na conta do Estado, através de DAE e outros. Estes valores serão repassados à MGI de forma imediata. Até a data de encerramento dessas demonstrações financeiras, foi repassado a MGI, pelo EMG, o valor de R\$22.417 (R\$ 2.240 em 31/12/2020).

8 Opções flexíveis de ações

No escopo da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, por meio da 5ª Emissão de Debêntures, as garantias dadas aos debenturistas foram reestruturadas. Além do empréstimo de ações CMIG4, a nova estrutura contemplou a celebração de operações de opções flexíveis sobre ações, do tipo europeias, cujo preço de liquidação é dado pela média aritmética simples dos preços médios por ação da CMIG4 (opções asiáticas) dos dez pregões imediatamente anteriores à data de vencimento de cada opção. A tabela abaixo mostra as opções de venda, de titularidade da Companhia, e as opções de compra, lançadas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2021:

Data de Vencimento	Opções de Venda				Opções de Compra			
	Lançador	Titular	Quantidade	Preço de exercício (R\$)	Lançador	Titular	Quantidade	Preço de exercício (R\$)
12/01/2022	Credit Suisse	MGI	6.483.625	4,09	MGI	Credit Suisse	6.483.625	8,35
12/07/2022	Credit Suisse	MGI	6.483.625	4,09	MGI	Credit Suisse	6.483.625	8,35
12/01/2023	Credit Suisse	MGI	6.483.625	4,09	MGI	Credit Suisse	6.483.625	8,35
12/07/2023	Credit Suisse	MGI	6.483.625	4,09	MGI	Credit Suisse	6.483.625	8,35
12/01/2024	Credit Suisse	MGI	6.483.625	4,09	MGI	Credit Suisse	6.483.625	8,35
12/07/2024	Credit Suisse	MGI	6.483.625	4,09	MGI	Credit Suisse	6.483.625	8,35
13/01/2025	Credit Suisse	MGI	6.483.625	4,09	MGI	Credit Suisse	6.483.625	8,35
14/07/2025	Credit Suisse	MGI	6.483.625	4,09	MGI	Credit Suisse	6.483.625	8,35
12/01/2026	Credit Suisse	MGI	6.483.625	4,09	MGI	Credit Suisse	6.483.625	8,35
13/07/2026	Credit Suisse	MGI	6.483.625	4,09	MGI	Credit Suisse	6.483.625	8,35
12/01/2027	Credit Suisse	MGI	6.483.625	4,09	MGI	Credit Suisse	6.483.625	8,35
12/07/2027	Credit Suisse	MGI	6.483.625	4,09	MGI	Credit Suisse	6.483.625	8,35
12/01/2028	Credit Suisse	MGI	6.483.625	4,09	MGI	Credit Suisse	6.483.625	8,35
12/07/2028	Credit Suisse	MGI	6.483.639	4,09	MGI	Credit Suisse	6.483.639	8,35
TOTAL			90.770.764				90.770.764	

O somatório dos prêmios referentes às opções de venda é equivalente ao somatório dos prêmios referentes às opções de compra.

Conforme estabelecido no Contrato de Hedge, em sua cláusula 6 “Ajustes Adicionais”, toda vez que ocorrer anúncio de pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e outros proventos pela CEMIG referentes às ações preferenciais da companhia (CMIG4), a quantidade e o preço de exercício das opções devem ser ajustados de acordo com este contrato.

Fica acordado que, caso o Credit Suisse solicite o novo empréstimo de ações CMIG4s devido aos ajustes adicionais, a quantidade de ações emprestadas deve ser pelo menos igual ao somatório das quantidades de opções flexíveis de compra então vigentes.

As opções de venda correspondem a um ativo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja inferior ao preço de exercício, a Companhia receberá a diferença positiva entre o preço de exercício e o preço de liquidação, multiplicada pela quantidade de opções correspondente. As opções de compra, por sua vez, correspondem a um passivo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja superior ao preço de exercício, a Companhia pagará a diferença positiva entre o preço de liquidação e o preço de exercício, multiplicada pela quantidade de opções correspondente.

Em 30 de dezembro de 2020, a Cemig anunciou aos acionistas declaração de juros sobre capital próprio, gerando um aumento de 1.672.704 ações CMIG4 a emprestar para o BICS em cumprimento à cláusula 6 do Contrato de Hedge.

Em janeiro de 2021, ocorreu o vencimento da 4ª tranche das opções flexíveis de compra e de venda. Como o preço médio da ação (no valor de R\$14,49) foi superior ao preço de exercício das Opções Flexíveis de Compra (valor de R\$10,1566), a Companhia efetuou o pagamento no valor total de R\$23.101 ao Credit Suisse, equivalente à diferença do preço de liquidação em relação ao de exercício no valor de R\$4,33 multiplicado pela quantidade de 5.330.927 opções.

Com a Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária da Cemig ocorrida em abril de 2021, foi deliberado a distribuição de Dividendos e bonificações aos acionistas, acarretando em empréstimos adicionais de 4.122.766 ações CMIG4 ao BICS, o qual foi realizado juntamente com o vencimento da quinta tranche.

Em julho de 2021, com o vencimento da 5ª tranche das opções flexíveis de compra e de venda ocorrido e o preço médio da ação (no valor de R\$12,1530) superior ao preço de exercício das Opções Flexíveis de Compra (valor de R\$8,7067), a Companhia, cumprindo com suas obrigações do Contrato de Opções, efetuou o pagamento no valor total de R\$21.431 ao Credit Suisse, equivalente à diferença do preço de liquidação em relação ao de exercício no valor de R\$3,4463 multiplicado pela quantidade de 6.218.669 opções.

Com o aviso da CEMIG aos acionistas deliberando distribuição de juros sobre capital próprio em dezembro de 2021, em cumprimento a cláusula de “ajustes adicionais” do Contrato de Hedge, ocorreu aumento quantidade de opções. A Companhia passou a ser lançadora de 90.770.764 opções de compra e passou a ser titular da mesma quantidade de opções venda. Como o número de ações ao Credit Suisse é de 87.061.380 ações da Cemig, a diferença de 3.709.384 ações será ajustada concomitante com vencimento da sexta tranche, na qual o Credit Suisse devolveria 6.483.625 ações, porém com o acordado entre as partes, celebrado pelo décimo segundo aditivo do contrato de empréstimos de ações, devolverá apenas 2.774.241 ações.

A tabela abaixo apresenta o valor justo das opções, apurado por meio de cálculo usando a calculadora “OVME” do terminal Bloomberg:

Data de Vencimento	Volatilidade	Opções de Venda			Opções de Compra		
		Valor justo unitário (R\$)	Quantidade	Valor Justo Total (R\$ mil)	Valor justo unitário (R\$)	Quantidade	Valor Justo Total (R\$ mil)
12/01/2022	32,754%	0,00	6.483.625	-	4,73	6.483.625	30.676
12/07/2022	32,754%	0,00	6.483.625	-	4,69	6.483.625	30.409
12/01/2023	46,759%	0,01	6.483.625	34	5,00	6.483.625	32.438
12/07/2023	46,759%	0,02	6.483.625	141	5,15	6.483.625	33.377
12/01/2024	41,357%	0,02	6.483.625	149	5,05	6.483.625	32.730
12/07/2024	41,357%	0,04	6.483.625	270	5,10	6.483.625	33.093
13/01/2025	41,929%	0,07	6.483.625	436	5,17	6.483.625	33.512
14/07/2025	41,929%	0,09	6.483.625	584	5,20	6.483.625	33.725
12/01/2026	43,337%	0,13	6.483.625	825	5,29	6.483.625	34.313
13/07/2026	43,337%	0,15	6.483.625	963	5,31	6.483.625	34.459
12/01/2027	46,991%	0,22	6.483.625	1.446	5,50	6.483.625	35.663
12/07/2027	46,991%	0,24	6.483.625	1.568	5,51	6.483.625	35.703
12/01/2028	46,581%	0,25	6.483.625	1.620	5,49	6.483.625	35.570
12/07/2028	46,581%	0,26	6.483.639	1.693	5,48	6.483.639	35.553
TOTAL			90.770.764	9.729		90.770.764	471.221

Circulante	12.967.250	-	12.967.250	61.085
Não Circulante	77.803.514	9.729	77.803.514	410.136

Segue abaixo demonstrativo do ajuste a valor justo das opções flexíveis reconhecidos diretamente no resultado:

	31/12/2020	AVJ (nota 20)	31/12/2021
Opções de Venda	25.857	(16.128)	9.729
Opções de Compra	483.036	(11.815)	471.221

Impacto do COVID-19 nas Opções

Devido à propagação do COVID-19, houve uma piora do cenário econômico com a redução da atividade econômica em todo o país afetando as empresas e consequentemente a Bolsa de valores, em que a MGI possui ações preferenciais da CEMIG (“CMIG4”), bem como opções flexíveis de compra e venda sobre ações CMIG4 listadas na B3, e que afetam o Índice de Cobertura utilizado para cálculo da suficiência das garantias das debêntures da 5ª emissão. Com a retomada das atividades econômicas e a recuperação das empresas, os impactos da pandemia atualmente não influenciam negativamente de forma relevante os resultados da Companhia.

	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Cotação da CEMIG	13,79	14,56	13,11
Opções de Compra	417.763	483.036	471.221
Opções de Venda	31.469	25.857	9.729
Diferença das Opções	386.294	457.179	461.492

As ações da Cemig, assim como a grande maioria das ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo, sofreram grandes oscilações no valor de mercado com o avanço da pandemia causado pelo COVID-19. Comparado com o final do exercício de 2020, a ação acabou apresentando uma variação negativa. As opções flexíveis de compra e venda, instrumento utilizado pela Companhia para proteção do investimento na CMIG4 para casos de grandes oscilações, apresentaram movimentos similares com redução dos seus valores, motivadas principalmente pela queda no valor de mercado das ações. Já as distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio, além de bonificações em ações, ocorridos em 2021 amenizaram a redução dos valores. As opções acabaram incorrendo em perda de valor justo de R\$4.313 no total (R\$0,05 por ação emprestada) no ano de 2021. Somado a perda no valor de mercado das ações da CMIG4 de R\$1,45 por ação no mesmo período, que montou R\$121.253, isto desconsiderando o ajuste a valor justo dos empréstimos, devoluções e bonificações de ações, essa operação ocasionou uma redução no resultado da Companhia no total de R\$125.566.

9 Tributos a compensar

	31/12/2021	31/12/2020
Tributos a compensar - IRPJ/CSLL-INSS	a. 1.013	3.157
Tributos retidos	b. 6.825	4.976
Ativo Circulante	7.838	8.133
Tributos a compensar - IRPJ/CSLL/INSS	a. 18.218	26.347
Ativo Não Circulante	18.218	26.347
Total	26.056	34.480

a. Tributos a compensar – IRPJ/CSLL

Referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, em exercícios anteriores, sobre as aplicações financeiras, serviços prestados e JSCP não compensados na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica devido à Companhia estar apresentando prejuízo fiscal desde o exercício de 2014. O saldo remanescente será restituído e ou compensado à medida que novos tributos a recolher (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e outros) forem apurados. A Companhia foi restituída em R\$ 9.635, sendo R\$5.520 referentes ao saldo negativo de IRPJ de 2017 ocorrida em março de 2021 e R\$4.115 referentes ao saldo negativo de IRPJ de 2016 em abril de 2021.

b. Tributos retidos

Valor do Imposto de Renda Retido na Fonte, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sobre as aplicações financeiras, serviços prestados e JSCP, a serem compensados com o próprio tributo.

10 Depósitos judiciais

		31/12/2021	31/12/2020
Cível	(a)	2.532	2.664
Total		2.532	2.664

- a. Depósitos judiciais para garantia de execução de operações de crédito (Créditos em Liquidação) e depósitos, arrestos e bloqueios judiciais (“penhoras on-line”) sobre contas correntes e aplicações financeiras da Companhia para garantias de honorários de sucumbência.

11 Outros investimentos

Os investimentos apresentaram a seguinte movimentação:

	CEMIG	COPASA	BDMG	GERDAU S.A	GERDAU OUTRAS	CODEMGE	OUTROS	TOTAL
Saldos em 31/12/2020	102.189	7.609	16.622	1.453	2.411	15	8	130.307
Redução de investimentos	-	-	-	-	(16)	-	-	(16)
Devolução de ações emprestadas (i)	62.246	-	-	-	-	-	-	62.246
AVJ de Devolução de ações emprestadas (Nota 14.b)	13.191	-	-	-	-	-	-	13.191
Ajuste a valor justo (Nota 14.b)	5.915	(1.713)	-	168	-	-	-	4.370
Impairment/(Reversão de Impairment)	-	-	1.355	(1)	3.515	(14)	-	4.855
Saldos em 31/12/2021	183.541	5.896	17.977	1.620	5.910	1	8	214.953

i) Devolução de ações emprestadas

Conforme consta na Cláusula 4.3 – Instrumento Particular de Contrato de empréstimo de ações preferencias, firmado entre MGI e o Credit Suisse, as CMIG4s Emprestadas, uma vez emprestadas e colocadas à disposição do BICS (Banco de Investimentos Credit Suisse) pela MGI, serão devolvidas à MGI nas quantidades e datas de devolução definidas no Anexo 3.4 (Cada uma, uma quantidade aplicável de CMIG4s e uma data de devolução, respectivamente). Neste caso, o BICS obriga-se a restituir à MGI, em cada data de devolução, a quantidade aplicável de CMIG4s nas contas vinculadas, as quais ficarão oneradas nos termos do Contrato de Garantia e conforme os procedimentos ali estabelecidos. Foram devolvidas 5.754.126 ações CMIG4 (i) à MGI, 3.658.223 em janeiro de 2021 e 2.095.903 em julho de 2021.

Em dezembro de 2020, com a divulgação do Aviso aos Acionistas da CEMIG da declaração de Juros Sobre Capital Próprio – JCP, e em abril de 2021, com aprovação em Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária da CEMIG, ocorreram ajustes nas quantidades de opções flexíveis e, conseqüentemente, tornou-se necessário realizar um empréstimo adicional de ações CMIG4 ao Credit Suisse, a fim de igualar o quantitativo de ações emprestadas à quantidade de opções. Também na já citada Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária, foi aprovado uma bonificação de 11,496899948% em novas ações, gerando aumento de 1.227.491 ações CMIG4 (ii) no investimento da Companhia e distribuição de dividendos ocasionando aumento na quantidade de ações Cmig4. Toda a operação envolvendo empréstimo e devolução de ações por vencimento da 4ª e 5ª tranche, quantidades e valores, estão citadas na nota 7.e.

No último trimestre de 2020 ocorreu desdobramento de ações na COPASA, o qual triplicou a quantidade de ações e reduziu proporcionalmente o preço de mercado da ação.

Desta forma, o valor justo dos investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2021 está representado por 14.000.106 ações preferenciais da Cemig (40 ações livres e 14.000.066 ações bloqueadas), 463.920 ações ordinárias da Copasa, 59.422 ações da Gerda S.A., dentre outros investimentos, e são apurados por referência aos seus preços de fechamento na data base das Demonstrações Financeiras, classificados no nível 1 - mercado ativo - preço cotado (vide nota 23.1).

A MGI, baseando-se no CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, apurou no período resultado positivo de ajuste a valor justo sobre ações da CEMIG e GERDAU S.A., e resultado negativo na COPASA conforme detalhado no quadro abaixo:

Ações	Quantidade de ações em 31/12/2020	Quantidade de ações em 31/12/2021	Custo de aquisição ou Cotação em 31/12/2020 (R\$)	Cotação em 31/12/2021 (R\$)	Redução do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/12/2020	Empréstimos e devoluções	Ganho/Perda de Valor Justo(R\$)	Valor justo em 31/12/2021
CEMIG	7.018.489	7.018.489	14,56	13,11	(1,45)	102.189	-	(10.177)	92.012
CEMIG(i)		5.754.126	10,8177	13,11	2,2923	-	62.246	13.191	75.437
CEMIG(ii)		1.227.491	-	13,11	13,11	-	-	16.092	16.092
COPASA	463.920	463.920	16,40	12,71	(3,69)	7.609	-	(1.713)	5.896
GERDAU	59.422	59.422	24,45	27,26	2,81	1.453	-	168	1.620
Totais						111.251	62.246	17.561	191.057

Ações	Quantidade de ações em 31/12/2019	Quantidade de ações em 31/12/2020	Custo de aquisição ou Cotação em 31/12/2019 (R\$)	Cotação em 31/12/2020 (R\$)	Redução do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/12/2019	Empréstimos e devoluções	Ganho/Perda de Valor Justo(R\$)	Valor justo em 31/12/2020
CEMIG	1.003.787	1.003.787	13,79	14,56	0,77	13.842	-	773	14.615
CEMIG	-	1.870.019	6,57	14,56	7,99	-	12.286	14.941	27.227
CEMIG	-	4.144.683	13,96	14,56	0,60	-	57.840	2.507	60.347
COPASA	154.640	154.640	67,99	16,40	(51,59)	10.515	-	(7.978)	2.537
COPASA	-	309.280	0,00	16,40	16,40	-	-	5.072	5.072
GERDAU	59.422	59.422	20,00	24,45	4,45	1.189	-	264	1.453
Totais						25.546	70.126	15.579	111.251

Os ganhos e perdas referentes à variação líquida dos ativos financeiros acima foram reconhecidos em outros resultados abrangentes e reconhecidos diretamente no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial).

Segregação das ações da CEMIG

Em 28 de fevereiro de 2014, o acionista controlador, Estado de Minas Gerais, aumentou o Capital Social da Companhia por meio de transferência de 65.965.387 ações preferenciais da Cemig, totalizando R\$870.743. Com este aporte de ações, adicionado a 3.034.613 ações preferencias já pertencentes à MGI, foi constituída a garantia real 69.000.000 ações preferenciais, para a emissão de 650 debêntures, conforme Escritura Particular de 4ª Emissão de Debêntures Simples (vide nota 1).

Em 26 de agosto de 2015, no contexto da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, conforme descrito na nota 12.b, a Companhia firmou Contrato de Empréstimo de Ações, visando ao aluguel de ações para o Banco de Investimentos Credit Suisse.

Com as novas aquisições de ações e empréstimos adicionais, já mencionados acima, as ações que fazem parte do investimento da Companhia, na data destas demonstrações, encontram-se assim segregadas:

	31/12/2021	31/12/2020
Cemig – Livres	40	36
Cemig – Bloqueadas como garantia das Debêntures da 5ª Emissão	14.000.066	7.018.454
Cemig – Empréstadas (direitos creditórios - Vide nota 7.e)	87.061.380	83.622.140
	101.061.486	90.640.630

12 Debêntures

Os saldos devedores das Debêntures em 31 de dezembro de 2021 estão assim evidenciados:

Tipo	Saldo em 31/12/2020	Movimentação	Atualização	Amortização Principal	Amortização juros	Saldo em 31/12/2021
Debêntures Subordinadas						
Passivo circulante	-	1.100.485	25.409	-	-	1.125.894
Efeito do valor justo no reconhecimento inicial						
Circulante		(143.395)	87.991	-	-	(55.404)
Passivo não circulante	1.085.473	(1.100.485)	15.012	-	-	-
Efeito do valor justo no reconhecimento inicial não						
Circulante	(143.395)	143.395	-	-	-	-
Total	942.078	-	128.412	-	-	1.070.490
Debêntures 5ª emissão (c)						
Passivo circulante	62.387	47.747	42.631	(48.152)	(32.373)	72.240
Passivo não circulante	525.330	(47.747)	-	-	-	477.582
Total	587.717	-	42.631	(48.152)	(32.373)	549.822
TOTAL DE DEBÊNTURES	1.529.795	-	171.043	(48.152)	(32.373)	1.620.314
Passivo circulante	62.387	1.004.837	156.031	(48.152)	(32.373)	1.142.730
Passivo não circulante	1.467.408	(1.004.837)	15.012	-	-	477.582

a. Debêntures de 2ª Emissão - Subordinadas

Em 24 de julho de 2012, a Companhia emitiu 181.900 debêntures da espécie subordinada, no valor total de R\$1.819.000, com vencimento em dez anos, atualizadas por 85% da taxa DI. Todas as debêntures foram subscritas pelo EMG e utilizadas para realizar o pagamento da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos à Companhia.

O prazo de amortização das Debêntures Subordinadas é de 10 anos, o vencimento final ocorrerá em 24 de julho de 2022, sem previsão de amortizações intermediárias ordinárias, entretanto, poderão ser feitas amortizações extraordinárias, a critério da Emissora. Com o vencimento da debentures em prazo menor do que 12 meses, toda a operação referente à 2ª emissão foi transferida para o passivo circulante.

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures Subordinadas, que será calculado pelo valor devido até a data do resgate (valor nominal das debêntures, acrescido de juros), somado ao prêmio, definido como a diferença positiva entre o saldo dos direitos de crédito autônomos e o valor devido.

O resgate antecipado facultativo total poderá ocorrer mediante a dação em pagamento do saldo dos Direitos de Crédito Autônomos, definido como a diferença entre a totalidade dos direitos creditórios cedidos e o valor correspondente dos direitos creditórios pagos até a data do resgate antecipado. Portanto, os parcelamentos classificados como “Rompidos”, ou seja, aqueles cuja inadimplência supera noventa dias, nos relatórios enviados mensalmente pela SEF, poderão ser usados no pagamento do resgate antecipado facultativo. Não há nenhuma cláusula restritiva para as Debêntures Subordinadas.

b. Debêntures de 5ª Emissão

Em 30 de maio de 2014, a Companhia emitiu 650 debêntures da espécie simples, com garantia real, no total de R\$650.000, com vencimento em 18 anos, remuneradas pelo seu valor unitário equivalente a 100% das taxas médias referenciais para depósitos interfinanceiros no Brasil - DI, acrescidas de spread de 3,4376% a.a. Essas debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº476/2009, sob o regime de garantia firme de colocação com a intermediação dos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição.

Em 26 de agosto de 2015, a Companhia assinou a Escritura da 5ª Emissão de Debêntures, que prevê a emissão de até 900 debêntures simples, não conversíveis em ações, de sua 5ª (quinta) emissão, sendo que a primeira integralização das debêntures da 5ª emissão ocorreu em 26 de novembro de 2015, por meio da dação em pagamento das debêntures da 4ª emissão, as quais foram canceladas.

O prazo de amortização das Debêntures da 5ª Emissão é de 204 meses a partir da data de emissão, com amortizações semestrais a partir de julho de 2019 e vencimento final em 12 de julho de 2032.

As Debêntures da 5ª Emissão fazem jus a uma remuneração correspondente a 100% (cem por cento) das taxas médias dos Certificados de Depósito Interfinanceiro - CDI, acrescida de spread de 3,4376% a.a.

A 5ª Emissão tem como principal “covenant” o Índice de Cobertura (IC), com algumas modificações em seu cálculo, para contemplar o “valor do hedge”, dado pelo produto da quantidade de opções de venda pelo preço de exercício dessas opções. Caso o IC, que é apurado em todos os dias úteis, torne-se inferior a 155% (cento e cinquenta e cinco por cento), a emissora deverá proceder reforço de garantia para restabelecer o IC no patamar mínimo de 185%. Em contrapartida, caso, em qualquer data de verificação, o IC seja superior a 215% e não tenha havido ou esteja em curso evento de vencimento antecipado ou evento de avaliação, a emissora pode requerer ao agente de garantia a liberação do excesso de recursos até o IC retornar ao patamar de 185%.

A Companhia pode, ainda, proceder complemento voluntário de garantia de forma que o IC atinja, no mínimo, 160%, em até dois dias úteis após o rompimento, sendo dispensada, dessa forma, da recomposição do IC no patamar mínimo de 185%.

A Companhia acompanha o fluxo de realização e efetua o cálculo deste índice, o qual foi atendido em 31 de dezembro de 2021.

O pagamento das debêntures é garantido pela: (i) alienação fiduciária de 14.000.066 ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG de titularidade da Companhia (vide nota 11); (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Hedge, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Empréstimo de Ações, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; e (iv) cessão fiduciária da conta corrente nº 72913 mantida junto à agência 001 do Banco Credit Suisse. As garantias reais serão compartilhadas entre os titulares das debêntures da 5ª Emissão, e o Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior.

13 Obrigações por repasses

		31/12/2021	31/12/2020
Obrigações com ex-acionistas do Bemge	a.	8.330	8.587
Recursos da venda de imóveis de terceiros com EMG - partes relacionadas	b.	1.009	52
Créditos de terceiros	c.	244	623
Obrigações com EMG - partes relacionadas CP	d.	9	19.800
Obrigações com EMG - partes relacionadas LP	d.	2.160	2.160
Outras obrigações CP		267	267
Outras obrigações LP		-	267
		12.019	31.756
Circulante		9.859	29.329
Não Circulante		2.160	2.427

- Valores retidos do resultado da recuperação de créditos do Bemge, conforme contrato de cessão de créditos firmado entre a Companhia e Bemge (nota 1), destinados à distribuição semestral aos ex-acionistas respeitando o limite do fundo rotativo para cobertura de despesas com a recuperação de créditos e eventuais condenações em honorários de sucumbência, cujo montante foi definido pelo Conselho de Administração;
- Recursos a repassar oriundos da venda de imóveis pertencentes ao EMG e administrados pela Companhia, conforme contrato de prestação de serviços firmados junto à SEF. Os recursos da venda desses imóveis são recebidos pela Companhia e repassados ao EMG quando da finalização do processo licitatório de alienação;
- Recursos decorrentes da recuperação de créditos em liquidação a serem repassados ao EMG conforme contrato de prestação de serviços de administração de ativos.
- Valor relativo à diferença apurada na cessão dos direitos de crédito autônomos (R\$2.160), conforme descrito na nota 7 c. e valores a repassar referente a rendimento de aplicação financeira nas vendas de imóveis (R\$9).

14 Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia adota a apuração de IRPJ e CSLL com base no lucro real anual com recolhimentos mensais por estimativa ou balancete de redução ou suspensão. Os tributos definitivos são apurados ao término do exercício. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas com a despesa registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	88.040	38.449
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	29.910	13.049
Receita de dividendos	(19.513)	(7.750)
Encargos Financeiros com opções	15.141	5.240
Provisão/Reversão para perda de investimentos	(1.651)	(166)
Impairment Direitos creditórios	(49.022)	(13.570)
Ajuste a valor justo (i)	31.806	5.962
Compensação de prejuízos fiscais anteriores	(2.008)	(837)
Programa de Alimentação do Trabalhador	(83)	(34)
Tributo diferido não constituído	-	-
Total Imposto de renda e contribuição social	4.580	1.894
Alíquota Efetiva	5.12%	4,93%
Base de cálculo negativa/Prejuízo Fiscal (a)	-	-

- i. Ajustes a valor justo referente às ações da Cemig, Opções Flexíveis de ações e Direitos de Créditos Autônomos conforme consta na Demonstração do Resultado e Nota 20, mais amortização do reconhecimento inicial dos Direitos de Créditos Autônomos (nota 7.c) e Debêntures (nota 12).

a. Ativo fiscal diferido

Em relação aos créditos de IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa apuradas desde o exercício de 2014 até 31 de dezembro de 2021 assim como sobre diferenças temporárias, no valor total de R\$273.073, que seriam registrados no ativo diferido, não há perspectiva de lucros fiscais nos próximos exercícios. A Companhia controla os saldos somente no Lalur, conforme recomenda o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro.

b. Passivo fiscal diferido

O passivo fiscal diferido tem como base de cálculo os ganhos e perdas de ajuste a valor justo dos ativos financeiros classificados como por meio de outros resultados abrangentes conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo acumulado bruto de diferenças temporárias	40.243	22.682
Imposto de renda (15% + adicional 10%)	(10.060)	(5.670)
Contribuição social (9%)	(3.622)	(2.041)
Passivo fiscal diferido	(13.682)	(7.711)

Passivo fiscal diferido – 31 de dezembro de 2020	7.711
Passivo fiscal diferido - 1º de janeiro de 2021	<u>7.711</u>
Outros Resultados Abrangentes	17.561
Imposto de renda (15% + adicional 10%)	4.391
Contribuição social (9%)	<u>1.580</u>
Passivo fiscal diferido constituído (revertido)	5.971
Ativo Fiscal diferido não constituído	-
Passivo fiscal diferido – 31 de dezembro de 2021	<u>13.682</u>

15. Partes relacionadas

A Companhia tem como controlador o EMG e as transações entre a Companhia e suas partes relacionadas abrangem as seguintes operações: (i) valores a receber decorrente de serviços prestados ao EMG; (ii) valores a repassar ao EMG conforme contrato de prestação de serviço firmado junto à SEF; (iii) debêntures subordinadas subscritas pelo EMG; (iv) dividendos do BDMG; (v) dividendos da Codemge; (vi) dividendos Cemig; (vii) dividendos Copasa.

		31/12/2021						
		Nota	Estado de MG	Cemig	BDMG	Copasa	Codemge	Total
Ativos								
Circulante:			1.071.054	-	850	-	9	1.071.913
Contas a receber, JCP e Dividendos		7.a,b, c	1.071.054	-	850	-	9	1.071.913
Não Circulante:			-	-	-	-	-	-
Contas a receber		7.c, g	-	-	-	-	-	-
Passivos								
Circulante			1.071.508	-	-	-	-	1.071.508
Obrigações por Repasse		13.b,d	1.018	-	-	-	-	1.018
Debêntures 2ª emissão		12	1.070.490	-	-	-	-	1.070.490
Não Circulante			2.160	-	-	-	-	2.160
Debêntures 2ª emissão		12	-	-	-	-	-	-
Obrigações por Repasse		13	2.160	-	-	-	-	2.160
		31/12/2021						
			Estado de MG	Cemig	BDMG	Copasa	Codemge	Total
Receitas			1.216	112.479	1.000	438	4	115.137
Serviços Prestados		17	1.216	-	-	-	-	1.216
Participações Acionárias		17.b	-	112.479	1.000	438	4	113.921
Impairment		11	-	-	1.355	-	(14)	1.341
Outros Resultados Abrangentes		11	-	19.106	-	(1.713)	-	17.393
Custo com Debêntures 2ª Emissão		12	40.421	-	-	-	-	40.421

31/12/2020					
	Nota	Estado de MG	Cemig	Copasa	Total
Ativos					
Circulante:		9.472	-	-	9.472
Contas a receber, JCP e Dividendos	7.a, b e c	9.472	-	-	9.472
Não Circulante:		933.037	-	-	933.037
Contas a receber	7.c	933.037	-	-	933.037
Passivos					
Circulante		19.852	-	-	19.852
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-
Obrigações por repasse	13.b.d	19.852	-	-	19.852
Debêntures 2ª emissão		-	-	-	-
Não Circulante		944.238	-	-	944.238
Debêntures 2ª emissão	12	942.078	-	-	942.078
Obrigações por repasse	13.d	2.160	-	-	2.160

		31/12/2020					
		Estado de MG	Cemig	BDMG	Copasa	Codemge	Total
Receitas		1.352	54.788	53	1.293	-	57.486
Serviços prestados	17	1.352	-	-	-	-	1.352
Participaçõesacionárias	17.b	-	54.788	53	1.293	-	56.134
Impairment	11	-	-	489	-	-	489
Outros Resultados							
Abrangentes	11		18.221	-	(2.906)	-	15.315
Custo com Debêntures 2ª							
Emissão	12	24.899	-	-	-	-	24.899

As operações da MGI com partes relacionadas observam as diretrizes definidas em sua Política de Transações com Partes Relacionadas, especialmente os requisitos da competitividade, comutatividade, equidade, conformidade e transparência.

Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do conselho de administração e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Não existe remuneração baseada em ações e a remuneração acumulada do pessoal-chave da administração da Companhia compreende:

	31/12/2021	31/12/2020
Diretoria	799	608
Conselho de Administração	272	282
Honorários	1.071	890

16. Patrimônio líquido

a. Capital social

No exercício de 2021, a Companhia recebeu aporte de capital do seu acionista controlador, no montante de R\$39.742, sendo R\$17.000 em janeiro e R\$21.731 em julho (sem emissão de novas ações e cuja Assembleia Geral Extraordinária autorizando o aumento de capital aconteceu em 22 de dezembro de 2016); e R\$1.011 (sem emissão de novas ações e cuja Reunião do Conselho Administrativo autorizando o aumento de capital ocorreu em 26 de janeiro de 2016), integralizando capital.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$4.000.000. O Capital Social é composto por 574.438.888 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Sua composição acionária é a seguinte:

	Posição em 31/12/2021 e 31/12/2020	
	Quantidade de	
	Ações	%
Acionistas		
Estado Minas Gerais	574.184.398	99,9557%
BDMG	165.323	0,0288%
CEMIG	53.307	0,0093%
Ações em Tesouraria	35.860	0,0062%
Total	574.438.888	100,0000%

Em 31 de dezembro de 2021, seu capital social subscrito é de R\$3.542.798, sendo o capital social integralizado no montante de R\$3.244.230 e o capital social a integralizar no valor de R\$298.568.

Parte desse Capital Social é composto por recursos aportados pelo acionista controlador, EMG, destinados a finalidades específicas: (i) o montante de R\$1.190.006 é destinado à promoção do desenvolvimento estadual por meio de convênios celebrados com entidades públicas municipais, autarquias e fundações; (ii) o valor de R\$828.856 foi aportado pela MGI na subsidiária EMIP, agora incorporada, para fins de pagamentos de contraprestações, em nome do Estado de Minas Gerais, aos parceiros privados no âmbito das PPPs.

Nesse sentido, para atendimento às melhores práticas contábeis, a Companhia reclassificou esses aportes de capital, sendo que desse total, o valor de R\$1.190.006 foi reclassificado da conta de Capital Social no Patrimônio Líquido para Obrigações por Repasse no Passivo não Circulante, pois os recursos originários dessa transação são exclusivos para repasses aos conveniados, caracterizando-se, portanto, como uma obrigação da Companhia, conforme requerido pelo IFRS9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Além disso, a reclassificação adotada é usada para adequar a essência da operação como um passivo, em razão da ausência de perenidade requerida pela Lei Societária para o Capital Social.

Dessa forma, o capital social em 31 de dezembro de 2021 é R\$1.225.368 (R\$1.186.637 em 31 de dezembro de 2020).

As reclassificações efetuadas no Patrimônio Líquido da Companhia não produzem efeitos societários e não afetam a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais e demais acionistas detêm na MGI. As reclassificações foram realizadas para melhor apresentação da estrutura patrimonial da MGI à luz das Normas Contábeis.

b. Ações em tesouraria

A Companhia possui em tesouraria o montante de 35.860 ações ordinárias.

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício (quando existente), ajustado na forma da lei, conforme sua Política de Distribuição de Dividendos.

e. Resultado líquido por ação básico e diluído

	31/12/2021	31/12/2020
Média da quantidade de ações (em milhares)	574.439	574.439
Resultado do exercício	83.460	36.555
Resultado por lote de mil ações (em R\$)	145,29	63,64

Não existem instrumentos financeiros com efeitos diluidores do resultado por ação em 31/12/2021 e 31/12/2020, sendo o resultado diluído equivalente ao resultado básico.

17. Receitas

		31/12/2021	31/12/2020
Receitas de serviços		1.216	1.352
Receitas de recuperação de créditos		4.051	6.457
Receitas de atualização de créditos	a.	50.682	46.066
Receita de participação acionária	b.	116.078	56.429
Receitas de vendas de imóveis		143	397
Ajuste a valor justo de DCA	7c.	2.547	10.450
Impostos sobre serviços (ISS)		(61)	(68)
PIS/COFINS		(5.922)	(3.805)
Receita Total		168.734	117.278

- a. As receitas de atualização de créditos decorrem da atualização dos créditos autônomos cedidos, corrigidos de acordo com a legislação estadual e resoluções da SEF vigentes na celebração de cada contrato de parcelamento.

- b. As receitas de participações acionárias estão representadas por dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos decorrentes de investimentos em títulos patrimoniais, conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Cemig - parte relacionada	112.479	54.788
Copasa - parte relacionada	438	1.293
Gerdau	2.149	262
Bemge	8	27
Codemge - parte relacionada	4	5
BDMG	1.000	53
Telefonica	-	1
Total	116.078	56.429

18. Custos

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	2.642	2.945
Obrigações por repasse	1.753	3.587
Serviços de terceiros	649	1.057
Custas judiciais	450	150
Juros sobre debêntures	a 82.647	61.638
Encargos financeiros com opções	b 44.532	15.412
Amortização de custos de transação	405	405
Ajuste amortização rec. inicial debêntures	87.991	75.968
Custos dos imóveis vendidos	c 179	280
Demais custos	83	61
Custos Total	221.331	161.503

- a. Os juros decorrem das atualizações das Debêntures Subordinadas (2ª Emissão) e Debêntures de 5ª Emissão.
b. Refere-se a valores pagos pelo exercício de opções flexíveis de compra (nota 8).
c. Refere-se ao custo dos imóveis incorporados da subsidiária EMIP e vendidos no exercício.

19. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Financeiras		
Receitas aplicações financeiras	9.885	5.543
Receitas de atualização de créditos	1.031	1.267
PIS/COFINS	(2.864)	(2.458)
	8.052	4.352
Despesas Financeiras		
IOF	(5)	(5)
Outras despesas	(2)	(7)
	(7)	(12)
Resultado Financeiro Líquido	8.045	4.340

20. Resultado de ajustes a valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores justos dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ajustes a valor justo			
Ganho (perda) de AVJ ações da Cemig emprestadas	7.e	(13.917)	100.953
Ganho (perda) de AVJ das opções de venda	8	(16.128)	(5.612)
Ganho (perda) de AVJ das opções de compra	8	11.815	(65.273)
Ganho de AVJ dos Direitos de Crédito Autônomos	7c	10.127	17.915
		(8.103)	47.983

21. Convênios

No período compreendido entre outubro de 2013 e dezembro de 2015, a Companhia recebeu do acionista controlador, Estado de Minas Gerais, vários aumentos de capital, totalizando o montante de R\$1.085.624, totalmente integralizado, com recursos orçamentários originários de operações de crédito contratadas pelo Estado de Minas Gerais com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e com o Banco do Brasil, com o objetivo de promover por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações, ações que visem o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

Em 2016, o Estado de Minas Gerais efetuou novos aumentos de capital destinados a repasses aos convênios, no valor total de R\$218.806, dos quais já foi integralizado o montante de R\$104.382 até 31 de dezembro de 2021, tendo sido o montante de R\$1.011 integralizado em 2021, restando R\$114.424 a ser integralizado até 31 de dezembro de 2022.

A MGI repassou aos convenientes, no exercício de 2021, o montante de R\$7.209 referente a parcelas de convênios e efetuou gastos com publicações oficiais de R\$9. Apurou rendimento do repasse na aplicação financeira realizada pela Conveniente, através da prestação de contas, o valor de R\$1.969. Considerando as devoluções recebidas e efetuadas a título de prestações de contas de convênios já encerrados, que resultaram no valor de R\$4.267 no período, a variação líquida foi positiva em R\$4.920, de modo que o montante acumulado líquido de pagamentos passou de R\$1.169.201 em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.174.121 em 31 de dezembro de 2021.

	31/12/2020	Movimentação			31/12/2021
	Saldo inicial	Rendimentos	Devoluções	Repasses / Gastos com Fisc. Monit.	Saldo final
Secretarias					
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – SEAPA	5.063	124	(70)	-	5.117
Inst. Des. Do Norte e Nordeste de MG - IDENE	1.900	-	-	-	1.900
Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento. Sustentável – SEMAD+ Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG- SECIR	89.836	227	(930)	-	89.133
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP	14.165	489	(2)	-	14.652
Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - SECULT.	20.041	28	(17)	-	20.052
Secretaria de Estado de Infraest. e Mobilidade – SEINFRA	995.482	1.045	(3.248)	6.141	999.420
Sec. Est. Des. Social de MG – SEDESE	34.879	56	-	-	34.935
Sec. Est. Governo – SEGOV	4.235	-	-	1.077	5.312
Sec. Est. Des. Econômico SEDE	3.600	-	-	-	3.600
	1.169.201	1.969	(4.267)	7.218	1.174.121

Os recursos repassados, originários de aportes de capital realizados na Companhia pelo acionista controlador, Estado de Minas Gerais, são destinados a obras de apoio à infraestrutura municipal, obras de saneamento básico, reformas e ampliações de Parques de Exposições Agropecuários, recuperação e manutenção de rodovias, entre outros.

As Secretarias Intervenientes são responsáveis pela análise prévia das prestações de contas e emissão dos respectivos pareceres técnico e financeiro.

Também é de responsabilidade das Secretarias intervenientes a vistoria (*in loco*) dos objetos conveniados. A não comprovação do atingimento do objeto conveniado implica a reprovação das contas, ficando o conveniente, via de regra, impedido de receber repasses voluntários, além da instauração de Tomada de Contas Especial.

Concluída as análises pelas Intervenientes, os convênios são encaminhados à MGI para análise financeira conclusiva e julgamento.

Conforme detalhamento nos quadros abaixo a Companhia, na referência de 31 de dezembro de 2021, apresenta em seus controles internos o quantitativo de 1.521 convênios celebrados, e descritos da seguinte forma:

Convênios	Quantidade	Valor em R\$ mil
Convênios Vigentes	202	84.081
Vencidos com prestação de contas em análise na INTERVENIENTE	646	375.200
Vencidos com prestação de contas em análise na MGI	417	667.745
Julgados aprovados ou aprovados com ressalva	200	65.787
Em Tomada de Contas Especial (seja fase interna ou externa)	7	5.656
Em cobrança da apresentação de prestação de contas	42	23.801
Aguardando decurso de prazo para apresentação	7	2.565
Total de Convênios Celebrados	1.521	1.224.835
(+) Gastos com Fiscalização, Monitoramento e Publicações		195
(+) Rendimento de aplicação financeira – Repasse aplicado pela Conveniente		2.801
(-) Devoluções Recebidas e efetuadas		(53.710)
(=) Saldo de Convênios em 31/12/2021		1.174.121

A Companhia realiza regulares notificações às Secretarias Intervenientes, cobrando informações quanto à apresentação de prestação de contas e quanto ao andamento das análises das contas já apresentadas. Notifica, ainda, regularmente os convenientes quanto às prestações de contas em atraso, tomando todas as medidas pertinentes a essas pendências, nos termos da legislação vigente, cumprindo as obrigações previstas no âmbito da governança estabelecida para convênios.

Após a Reforma Administrativa, conforme diretrizes da Administração, a Companhia intensificou os contatos com as Secretarias Intervenientes, a fim de alinhar as responsabilidades e as informações de situação de cada convênio, bem como propor soluções conjuntas para agilizar a solução das pendências. Adicionalmente, a Companhia tem focado de forma intensiva nas análises de prestações de contas já entregues à MGI.

Buscando segurança jurídica e análise de riscos relativos aos convênios, em junho de 2017, a Companhia contratou um escritório de advocacia para emitir um parecer, esclarecendo sobre as responsabilidades da MGI em relação aos instrumentos de convênios firmados pela Companhia, considerando o regramento aplicável, tais como os Decretos e legislação pertinentes; os Termo de Cooperação Técnica entre o Estado de Minas Gerais e a MGI; e os instrumentos firmados com as entidades (municípios, associações etc.) para a realização do objeto dos convênios.

Nesse sentido, foi tratado pelos especialistas qual a responsabilidade da MGI, os riscos e obrigações pecuniárias ou não a que a Companhia está sujeita no seu papel de gestora desses convênios à luz dessa legislação e governança estabelecida, nos casos de inadimplência previstas, tais como:

- a) Convênios que estão com a prestação de contas em atraso;
- b) Convênios que tiveram sua prestação de contas desaprovada;
- c) Convenientes com débitos/irregularidades perante a administração pública.

Caso haja algum risco de perda/penalidade para a MGI, qual seria o impacto e a chance de perda em uma eventual defesa (remoto, possível e provável).

Em seu parecer, os especialistas afirmam que:

“No tocante às obrigações contratuais assumidas pela MGI, bem como no seu dever de exercer o controle interno dos contratos celebrados, existe a possibilidade de responsabilização dos administradores e empregados da Companhia pela omissão na adoção de medidas de controle interno, em especial no tocante à instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da Instrução Normativa 03/2013 e artigo 158 da Lei 6.404/76. Para tanto, concluímos que:

a) A existência de convênios vencidos, por si só, não revela qualquer irregularidade, uma vez que a legislação aplicável prevê prazos para a análise das prestações de contas ou mesmo a adoção de medidas administrativas visando o adimplemento da obrigação. Somente após o esgotamento destes prazos, caso não haja a instauração da Tomada de Contas Especial, é que surgirá a responsabilização pelos atos praticados ou omissões de seus deveres legais;

b) Havendo delegação de competências para a fiscalização da execução do convênio, seja durante sua execução ou para a análise da prestação de contas, mediante celebração de Termo de Cooperação Técnica, deve a MGI tomar as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelas Secretarias de Estado;

c) Considerando que os recursos repassados pelo Estado de Minas Gerais se deram na forma de aporte de capital e que a MGI apenas atuou como agente financeira e mandatária do Estado nos convênios celebrados, não possuindo qualquer gerência sobre as políticas públicas estaduais, não há qualquer norma garantindo ao Estado de Minas Gerais a restituição dos valores aportados;

d) Não se encontra afastada a possibilidade de responsabilização dos administradores da Companhia pela não adoção das medidas de controle interno e pelo não cumprimento das obrigações e má gestão dos recursos públicos, ficando estes civilmente responsabilizados pelos atos ilegais praticados durante a sua gestão;

e) Não existe na lei qualquer previsão quanto à responsabilização pessoal do administrador quando do cumprimento de ordens superiores, em especial se tratando a MGI de mandatária do Estado nos convênios celebrados.

Contudo, não nos parece razoável que os administradores que tenham agido conforme as determinações do acionista majoritário possam ser responsabilizados pessoalmente por prejuízos decorrentes destes atos. ”

Para fins de apresentação, os saldos relacionados a essa transação estão apresentados líquidos dos ajustes contábeis nessas Demonstrações Financeiras, conforme apresentado abaixo:

	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021 Divulgado		31/12/2021	Ajuste	31/12/2021 Divulgado
Ativo				Passivo			
Títulos e valores mobiliários	197.158	(15.885)	181.273	Obrigações por repasse - convênios	1.190.006	(1.190.006)	-
Ctas. a rec. de clientes e outros créd.	3.455.395	(1.174.121)	2.281.274	Outros	2.790.927	-	2.790.927
Outros	328.380	-	328.380				
Total do ativo	3.980.933	(1.190.006)	2.790.927	Total do passivo e PL	3.980.933	(1.190.006)	2.790.927

	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020 divulgado		31/12/2020	Ajuste	31/12/2020 divulgado
Ativo				Passivo			
Títulos e valores mobiliários	185.319	-	185.319	Obrigações por repasse - convênios	1.188.995	(1.169.201)	19.794
Ctas. a rec. de clientes e outros créd.	3.168.394	(1.169.201)	1.999.193	Outros	2.568.437	-	2.568.437
Outros	403.719	-	403.719				
Total do ativo	3.757.432	(1.169.201)	2.588.231	Total do passivo e PL	3.757.432	(1.169.201)	2.588.231

As reclassificações efetuadas no Patrimônio Líquido da Companhia não produzem efeitos societários e não afetam a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais e demais acionistas detêm na MGI. As reclassificações foram realizadas para melhor apresentação da estrutura patrimonial da MGI à luz das Normas Contábeis.

22. Contingências não provisionadas

Os valores envolvidos em discussões judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por:

Os principais processos da Companhia com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, está relacionado abaixo, para o qual não há provisão contábil.

- Trata-se de Ação Popular nº 6667027-86.1990.8.13.0024, proposta contra a Companhia em 1990, cujo objeto é a anulação da transferência do controle acionário do Banco Agrimisa S/A à Góes Cohabita Participações Ltda. Em caso de perda, o controle acionário do Banco Agrimisa, atualmente em liquidação extrajudicial, retornaria para a titularidade da Companhia, não havendo efeitos financeiros adversos além daqueles já contabilizados em nossas contas de provisão (vide nota 7-e). O valor atualizado da causa é de R\$63.003, atualizado pelo fator de atualização monetário do TJMG até a data dessas Demonstrações Financeiras. Não foi efetuada provisão para perda desse saldo visto que a Companhia, com base nos seus consultores jurídicos, entende que o risco de perda é considerado possível.

- Trata-se de execução provisória de honorários advocatícios nº 0914360-98.2003.8.13.0024, em 29 de agosto de 2003, proposta nos autos da Ação Popular nº 0024.90.666702-7, ainda pendente de julgamento definitivo. Foi deferido pedido de exclusão dos executados pessoas físicas Rubens de Azevedo Campelo, Luiz Fernando Gusmão Wellisch e Newton Cardoso. Suspensa até o julgamento final dos Recursos Extraordinários. Em caso de perda serão devidos os honorários advocatícios, a serem renegociados pela Companhia. O valor atualizado da causa é de R\$11.921 e está atualizado pelo fator de atualização monetário do TJMG até a data dessas Demonstrações Financeiras. Não foi efetuada provisão para perda desses saldos visto que a Companhia, com base nos seus consultores jurídicos, entende que o risco de perda é considerado possível.
- Refere-se ao processo nº 7344228-80.2005.8.13.0024, proposto contra a Companhia em 24 de maio em 2005, cujo o objeto é a condenação no pagamento do valor atualizado de obrigações assumidas pela Companhia no contrato de compra e venda das ações representativas do controle do Banco Agrimisa S.A. (indenizações trabalhistas pagas pelo Banco e não-reembolsadas pela MGI), além de indenização por perdas e danos decorrentes desse inadimplemento contratual. A decisão judicial de segunda instância afastou a indenização por perdas e danos, manteve a condenação da MGI no pagamento das indenizações trabalhistas pagas pelo Banco e não reembolsadas pela MGI e expressamente determinou a compensação de créditos e débitos entre a MGI e a Góes Cohabita Participações Ltda. A compensação seria entre o valor da condenação atualizada aproximadamente em R\$ 195.360, e os créditos referentes a duas ações de execução contra a Góes - Nº 0761072-14.1995.8.13.0024 no valor atualizado aproximadamente em R\$ 486.995 e Nº 0217879-64.1999.8.13.0024 no valor atualizado aproximadamente em R\$ 32.784. Não foi efetuada provisão para perda desses saldos visto que a Companhia, com base nos seus consultores jurídicos, entende que o risco de perda é considerado possível, e o crédito supera o débito quando da compensação.

b) Processos Administrativos

A Companhia é classificada como grande contribuinte pela Receita Federal, com isso, faz parte de empresas que são acompanhadas por monitoramento diferenciado. Em dezembro de 2020, a Auditoria da RFB nos solicitou, através de Termo de Constatação e Solicitação de Providências, a elaboração de retificação das Demonstrações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e das Escriturações Digitais das Contribuições Sociais (EFD Contribuições) do período de janeiro de 2017 a novembro de 2020, com o entendimento de que a Companhia apurou o PIS e COFINS sobre a Receita de Atualização de Direitos de Créditos Autônomos (Nota 17.a), utilizando alíquotas de Receita Financeira (4,65%), porém conforme entendimento do Auditor da RFB, deveria utilizar as alíquotas de contribuições sobre Receita Operacional (9,25%). Solicitou também que aplicasse para os períodos futuros a alíquota de Receita Operacional para a citada Receita. Tal procedimento acarretaria em confissão de dívida tributária estimada em R\$18.691 e aumento da carga tributária. Discutido o assunto internamente, a Companhia concluiu por discordar dos argumentos apresentados pelo Auditor Fiscal decidindo, por meio de sua Assessoria Jurídica, apresentar Manifestação de Inconformidade contestando os argumentos do Auditor Tributário Federal e agora aguarda o seu deferimento. A assessoria jurídica da Companhia entende que o risco de perda é considerado remoto (possível em 31 de dezembro de 2020).

23. Instrumentos Financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

a. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas Demonstrações Financeiras.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não ocorreram alterações na política de gerenciamento de riscos da Companhia.

A avaliação da Companhia sobre os riscos e potenciais impactos do COVID 19 encontra-se apresentada ao longo das Demonstrações Financeiras. Adicionalmente, as análises de sensibilidade aos riscos de mercado apresentados nessa nota explicativa, que incluem os impactos das variações de taxas de juros e preços de ações nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros, já consideram o atual cenário causado pela pandemia.

b. Estrutura do gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia foi estabelecida com base no seu Estatuto Social e em sua Política de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão. Essa política define as diretrizes a serem observadas para a gestão de riscos, controles internos e integridade.

A MGI adota o modelo das 3 linhas de defesa proposto pela Declaração de Posicionamento do Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA:

1ª linha de defesa: a primeira linha de defesa é composta pelas unidades gerenciais, competindo-lhes, entre outras atribuições manter controles internos eficazes, implementar ações corretivas para procedimentos e controles, conduzir, diariamente, procedimentos de riscos e controles inerentes a suas atividades e zelar pela aderência da equipe aos dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis à sua unidade.

2ª linha de defesa: a segunda linha de defesa é formada pelo Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos, unidade interna de governança com previsão estatutária e dotada de autonomia e independência para atuar nas atividades de conformidade, gestão de riscos e controles internos. A essa unidade compete, entre outras atribuições, elaborar modelos e mecanismos de gestão da integridade, riscos e controles internos, alinhados ao perfil de riscos e aos objetivos estratégicos da Companhia, coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que a Companhia está sujeita, propor o aprimoramento de políticas, diretrizes e normas complementares, monitorar as atividades da 1ª linha de defesa e reportar à Diretoria Executiva e, quando necessário, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria Estatutário, a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis à Companhia.

3ª linha de defesa: a 3ª linha de defesa é composta pela Gerência de Auditoria Interna, a quem compete, entre outras atribuições, avaliar, de forma independente, a eficácia da governança, da gestão de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gestão de riscos e controles internos. A Auditoria Interna é vinculada ao Conselho de Administração por intermédio do Comitê de Auditoria Estatutário.

Responsabilidade dos órgãos estatutários no âmbito da Política de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão:

Diretoria Executiva: institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de integridade, riscos e controles internos, com a adequada alocação de recursos humanos e financeiros, patrocinar a disseminação da cultura da integridade, gestão de riscos e controles internos, supervisionar o mapeamento e avaliação de riscos que possam comprometer a realização dos objetivos estratégicos da Companhia e propor ao Conselho de Administração o perfil de riscos da Companhia.

Comitê de Auditoria Estatutário: supervisionar as atividades desenvolvidas na unidade de auditoria interna, avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, bem como a adequação dos mecanismos de gestão da integridade, riscos e controles internos, recomendar a correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos.

Conselho de Administração: definir o perfil de riscos da Companhia, em alinhamento com os objetivos estratégicos e os interesses dos acionistas, implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a MGI, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude, aprovar as políticas e normas de gestão da integridade, riscos e controles internos e suas revisões.

O processo de identificação, classificação e avaliação de riscos da Companhia é realizado com a participação de todos os colaboradores e coordenação do Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos. A avaliação de riscos é realizada com base em matriz de calor, em que o risco é avaliado como baixo, médio, alto ou extremo, com base nos eixos de probabilidade e de impacto.

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultante da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros:

(i) Direitos de Crédito Autônomos (nota 7.c)

Os Direitos de Crédito Autônomos apresentam um risco de crédito com alto grau de probabilidade, uma vez que, pela própria natureza da carteira, composta por parcelamentos de créditos tributários inscritos ou não em dívida ativa, existe uma tendência de aumento da inadimplência ao longo do tempo.

O impacto desse risco seria a insuficiência de recursos para liquidação das debêntures subordinadas, emitidas para aquisição da carteira, uma vez que a terceira emissão de debêntures, também vinculada aos direitos creditórios, foi liquidada em 2017. A escritura de emissão das debêntures subordinadas prevê a possibilidade de liquidação mediante dação em pagamento do saldo da carteira, sendo que, em caso de resgate antecipado, a diferença entre o saldo credor da carteira e o saldo devedor das debêntures subordinadas será computado como prêmio pago pela Emissora. Nesse caso, o impacto para a Companhia será meramente contábil, pois não haverá desembolso financeiro.

A fim de assegurar a fidedignidade das Demonstrações Financeiras, a Companhia apura, trimestralmente, o valor justo da carteira, levando em consideração a estimativa de perda ao valor recuperável, a amortização do ajuste a valor justo no reconhecimento inicial e o prêmio previsto no caso de resgate antecipado das debêntures subordinadas.

(ii) Créditos a receber – Góes Cohabita – nota 7.d

A Companhia mantém registrada provisão para perdas de 100% dos créditos a receber decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Góes Cohabita Participações Ltda. conforme decisão do Conselho de Administração da Companhia em 20 de junho de 2002 em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização.

(iii) Outras contas a receber

As demais contas a receber da Companhia, detalhadas na nota 7, não possuem grau de impacto ou de probabilidade que configurem um risco de crédito relevante.

(iv) Ativos financeiros (notas 5, 6, 7.e e 8)

Os ativos financeiros da Companhia são compostos por contas correntes, aplicações financeiras constituídas por Certificados de Depósitos Bancários e Fundos de Investimento em Renda Fixa, com liquidez e rentabilidade diárias, e opções flexíveis de venda sobre ações preferenciais de emissão da Cemig.

A Companhia avalia os riscos desses ativos como baixos, com base na natureza de cada ativo e no rating das instituições financeiras em que esses ativos são mantidos, conforme descrito abaixo:

Perfil dos Ativos Financeiros					
Ativo	Posição em 31/12/2021	Posição em 31/12/2020	Instituição Financeira	Rating Atual	Agência
Caixa MGI	2	2	N/A	N/A	N/A
Conta Corrente	603	126	Itaú	Aa1	Moody's
Conta Corrente	5	-	Banco do Brasil	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	2.876	12.082	Banco do Brasil	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	70.028	13.079	Itaú	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	9	10	Caixa Econômica Federal	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	179.729	177.945	Banco Credit Suisse Brasil	(*)	N/A
Opções Flexíveis de Venda	9.729	25.857	Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento	(*)	N/A
Direitos Creditórios - Empréstimo de ações	1.141.375	1.217.538	Banco de Investimentos Credit Suisse	AAA	Fitch
Total	1.404.356	1.446.639			

(*) Não foi localizada avaliação de rating do Banco Credit Suisse Brasil e do Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento, porém, o Conglomerado Credit Suisse no Brasil é uma instituição financeira reconhecida e consolidada e possui ótimo Índice de Basileia (13,83% em 31 de dezembro de 2020).

Destacamos que a Companhia encerrou sua conta na instituição Mercantil do Brasil, de modo que, atualmente, todas as contas correntes e aplicações financeiras da MGI estão em bancos com rating Aa1 pela Agência Moody's.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia de encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações financeiras, que são liquidadas com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações dentro do prazo de vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados.

Exercício findo em 31/12/2021						
Passivo financeiro	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 Meses	1 a 5 Anos	> 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	182	-	-	-	-	182
Debêntures Subordinadas	-	-	1.070.490	-	-	1.070.490
Debêntures 5ª Emissão	48.164	-	24.076	240.760	236.822	549.822
Obrigações por repasse	-	267	9.592	2.160	-	12.019
Contrato de opções flexíveis	-	-	61.085	339.013	71.123	471.221
Total	48.346	267	1.165.243	581.933	307.945	2.103.734

Exercício findo em 31/12/2020						
Passivo financeiro	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 Meses	1 a 5 Anos	> 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	186	-	-	-	-	186
Debêntures Subordinadas	-	-	-	942.078	-	942.078
Debêntures 5ª Emissão	-	-	62.387	240.760	284.570	587.717
Obrigações por repasse	-	267	29.062	2.427	-	31.756
Contrato de opções flexíveis	-	21.944	23.926	297.935	139.231	483.036
Total	186	22.211	115.375	1.483.200	423.801	2.044.773

A MGI realiza, periodicamente, análise de liquidez da Companhia, com base nas informações financeiras consolidadas. A Companhia apresenta suficiência de recursos para cumprimento de obrigações de curto e de longo prazo.

Os passivos da Companhia mais suscetíveis a riscos de liquidez são as debêntures de 5ª emissão e as opções flexíveis de compra, tendo em vista que a principal receita para cumprimento dessas obrigações são os proventos recebidos da CEMIG, que é uma variável exógena à Companhia, e que o valor de liquidação das opções é atrelado a variáveis de mercado. A Companhia monitora continuamente os riscos de liquidez, em conjunto com os riscos de mercado, para definir a melhor estratégia de mitigação desses riscos a longo prazo.

As debêntures subordinadas não apresentam risco de liquidez, uma vez que poderão ser quitadas mediante dação em pagamento da carteira de Direitos de Crédito Autônomos.

e. *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco relativo a alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia avalia, separadamente, seus riscos relacionados ao mercado de capitais e os riscos relacionados a taxas de juros, os quais serão descritos a seguir. A MGI não possui riscos cambiais, pois nenhuma de suas operações está vinculada com moeda estrangeira.

f. *Risco relacionado ao mercado de capitais*

Os riscos de mercado mais relevantes para a Companhia são as variações na cotação das ações preferenciais de emissão da Cemig (“CMIG4”), bem como o *dividend yield* dessas ações, que interferem nos parâmetros das opções flexíveis sobre ações, no Índice de Cobertura da 5ª emissão de debêntures e no retorno obtido sobre a participação acionária.

A Companhia apura, trimestralmente, o valor justo das opções de compra e venda e vem monitorando o risco de mercado com base em análise de cenários, de modo que a Administração possa tomar as melhores decisões em relação aos riscos e oportunidades vinculados a esses instrumentos.

g. *Risco relacionado à taxa de juros*

A Companhia adota política de aplicação de 100% de seus recursos em fundos de renda fixa (atrelados a títulos públicos) e CDBs.

Na data das Demonstrações Financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Indexador CDI	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras	71.374	17.797
Aplicações financeiras vinculadas	181.273	185.319
Total de direitos creditórios (a)	1.070.490	942.079
Debêntures	(1.620.314)	(1.529.795)
Saldo líquido de exposição	(297.177)	(384.600)

- (a) Os Direitos Creditórios são indexados à taxa SELIC, contudo, dado o histórico de mercado das variações dos CDIs e da taxa SELIC, observa-se que os dois indexadores possuem comportamentos e níveis de taxas significativamente próximos, o que, por sua vez, espera-se que esta relação ainda se confirme para os períodos seguintes. Assim, ao incluir o “Total de direitos creditórios” nesta composição, adotamos o DI como uma variável proxy (termo estatístico utilizado para denominar uma variável que teoricamente substitua outra de forma satisfatória) do indexador Selic.

Conforme se infere do saldo líquido de exposição, a Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de juros representada pelo CDI.

Foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração, o cenário de realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da B3. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

- Análise de sensibilidade - Taxa de juros.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas DI-PRE divulgada pela B3 em 31 de dezembro de 2021, apurando-se o impacto nas despesas financeiras atreladas à taxa de juros, subtraídas as receitas financeiras atreladas ao mesmo indexador, no período de 1 ano, conforme segue:

(Aumento das despesas financeiras líquidas - em milhares de reais)				
	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Impacto no Saldo Líquido	Aumento do CDI	-	6.798	13.596
Premissas para a análise de sensibilidade:				
Variável de risco		Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI (% a.a.) *		9,15	11,44	13,73

* A curva de DI-PRE reflete a expectativa do mercado quanto ao comportamento futuro das taxas DI e tem característica não linear, ou seja, suas variações são de forma não uniforme ao longo do tempo, portanto, os valores indicados do CDI nos cenários indicam a taxa inicial da curva, dada a deterioração dos cenários.

A Administração considera que o risco relativo à taxa de juros vigentes encontra-se em um patamar aceitável e a taxa de juros está bem próxima à projetada pelo Relatório de Mercado Focus divulgado em 31 de dezembro de 2021, no qual a projeção da Selic para 12 meses é de 11,50%.

h. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data desse relatório não alteraria o resultado.

i. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável

A Companhia possui investimentos em Instrumentos Patrimoniais, ações da CEMIG, COPASA e GERDAU, listados na Bolsa de Valores de São Paulo, classificados no nível 1 da hierarquia pelo valor justo.

Para os investimentos na Cemig, sob custódia e emprestadas, cada ponto percentual de variação no valor da ação representa uma alteração proporcional de 1,89% do Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2021, e para os investimentos na Copasa, a mesma variação alteraria o Patrimônio Líquido em apenas 0,01%.

Instrumentos Patrimoniais	Valor justo em 31/12/2021	Variação de um ponto percentual na cotação	Impacto no PL (%)
Cemig	183.541	1.211	0,18
Copasa	5.896	39	0,01
Cemig Emprestadas	1.141.375	11.414	1,71
Gerdau	1.620	11	0,002

Em relação aos contratos de opções flexíveis sobre ações da CEMIG, a alta da cotação é prejudicial à Companhia, pois aumenta as chances de que a MGI pague pelas opções de compra e reduz a possibilidade de recebimento pelas opções de venda. A Companhia avaliou o impacto do aumento da cotação das ações sobre os valores a pagar ou a receber pelos contratos de opções no período de 12 meses, mantendo-se constantes todas as demais variáveis. Foi considerado, como cenário provável, a cotação média da ação nos últimos 10 pregões que antecederam a data-base dessas demonstrações. Para os cenários II e III, considerou-se aumentos de 25% e de 50%, respectivamente, sobre essa cotação média.

Análise de sensibilidade dos valores a pagar e a receber, em 12 meses, relativos aos contratos de opções flexíveis				Cenário (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
				13,11	16,39	19,67
Opções de Compra	Quantidade de Opções	Preço de Exercício	Valor Justo em 31 de dezembro de 2021	Aumento (redução) do valor a pagar em 12 meses		
Tranche vinculada em 13/01/2022	6.483.625	8,35	30.676	180	21.447	42.713
Tranche vinculada em 13/07/2022	6.483.625	8,35	30.409	447	21.714	42.980
Total			61.085	627	43.161	85.693
Opções de Venda	Quantidade de Opções	Preço de Exercício	Valor Justo em 31 de dezembro de 2021	Aumento (redução) do valor a receber em 12 meses		
Tranche vinculada em 13/01/2022	6.483.625	4,09	-	-	-	-
Tranche vinculada em 13/07/2022	6.483.625	4,09	-	-	-	-
Total			-	-	-	-

j. Gestão de capital

O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são aplicados somente em bancos de primeira linha, em fundos conservadores de liquidez imediata, geralmente atrelados a títulos públicos federais.

Na posição de 31 de dezembro de 2021, o capital de terceiros representa 319% do Patrimônio Líquido da Companhia. No exercício ocorreu alteração significativa em relação à posição consolidada de 31 de dezembro de 2020, quando esse índice era de 387%, devido principalmente ao ganho de AVJ devido a bonificação da Cemig e a Receita de Distribuição de Dividendos e JCP ocorridos em abril e dezembro de 2021.

Apresentamos, abaixo, a natureza do passivo da Companhia:

Natureza	Nota	Capital de terceiros			
		31/12/2021	%	31/12/2020	%
Passivo circulante					
Passivo Operacional (*)		18.415	0,9	33.906	1,6
Opções Flexíveis de Compra	8	61.085	2,9	45.870	2,2
Debêntures subordinadas (2ª emissão)	12	1.070.490	50,4	-	-
Debêntures com Garantia Real (5ª emissão)	12	72.240	3,4	62.387	3,0
Subtotal Passivo Circulante		1.222.230	57,5	142.163	6,9
Passivo não circulante					
Passivo Operacional (*)		15.842	0,7	10.138	0,5
Opções Flexíveis de Compra	8	410.136	19,3	437.166	21,3
Debêntures subordinadas (2ª emissão)	12	-	0,0	942.078	45,8
Debêntures com Garantia Real (5ª emissão)	12	477.582	22,5	525.330	25,5
Subtotal Passivo não circulante		903.560	42,5	1.914.712	93,1
Passivo Total		2.125.790	100,0	2.056.875	100,0

(*) O passivo operacional é composto por fornecedores a pagar; salários e encargos sociais a pagar; tributos a recolher; obrigações por repasse e passivo fiscal diferido.

k. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

Com a implementação do Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos e a adoção do Modelo das Três Linhas de Defesa, a Companhia passou a adotar práticas mais estruturadas e sistêmicas de Gerenciamento de Riscos e Compliance, buscando assegurar que os riscos sejam mantidos em patamares aceitáveis.

As práticas incluem a identificação, análise e avaliação de riscos, definição de resposta aos riscos, implementação ou aprimoramento de políticas, procedimentos e controles internos, monitoramento, comunicação e treinamento.

Em razão da pandemia causada pelo COVID-19, a Companhia elaborou plano de contingência com o intuito de proteger a saúde de seus colaboradores, e, ao mesmo tempo, manter suas atividades operacionais e administrativas em pleno funcionamento. Aderindo às recomendações do Comitê Extraordinário COVID-19, instituído pelo Governo do Estado de Minas Gerais, a Companhia implementou gradativamente o regime de teletrabalho para os seus colaboradores a partir de 16 de março de 2020, com gradual adesão, a começar pelos grupos mais vulneráveis ao risco. Na data de divulgação dessas informações, a Companhia permanece adotando as melhores práticas, embasadas nas publicações do Comitê Extraordinário – COVID19, Secretaria de Estado de Saúde e Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Por meio de tecnologias de trabalho remoto e comunicação virtual, bem como a adequação do dimensionamento do contingente presencial aos protocolos de saúde, a Companhia vem mantendo suas operações em pleno funcionamento.

Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ao Custo Amortizado	1.394.003	1.394.003	1.174.925	1.174.925
Caixa e equivalente de caixa	71.979	71.979	17.925	17.925
Títulos e valores mobiliários	181.273	181.273	185.319	185.319
Contas a receber de clientes (exceto DCA e Credit)	70.261	70.261	29.602	29.602
Direitos de Créditos Autônomos - DCA	1.070.490	1.070.490	942.079	942.079
Ao Valor Justo por meio do resultado	1.151.104	1.151.104	1.243.395	1.243.395
Direitos Creditórios Credit Suisse	1.141.375	1.141.375	1.217.538	1.217.538
Contratos de opções flexíveis	9.729	9.729	25.857	25.857
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	214.953	214.953	130.307	130.307
Outros investimentos	214.953	214.953	130.307	130.307
Passivo Financeiro ao custo amortizado	1.632.513	1.632.513	1.561.737	1.561.737
Fornecedores	182	182	186	186
Obrigações por repasse	12.019	12.019	31.756	31.756
Debêntures	1.620.312	1.620.312	1.529.795	1.529.795
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	471.221	471.221	483.036	483.036
Contratos de opções flexíveis	471.221	471.221	483.036	483.036

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Títulos e valores mobiliários** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação de índices de mercado pré-determinados quando da contratação (IGPM e CDI).
- **Contas a receber de clientes e Direitos de créditos autônomos** - são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Fornecedores** - são obrigações financeiras com prestadores de serviço e fornecedores de materiais. Reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, na prática, são reconhecidos ao valor da fatura correspondente.
- **Debêntures** – são títulos de dívida que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. Com relação às debêntures subordinadas, foram reconhecidas inicialmente pelo valor justo e após são mensuradas ao custo amortizado utilizando-se o método dos juros efetivos. Para as debêntures de 5ª emissão, a Companhia considerou o valor justo substancialmente igual ao contábil.
- **Obrigação por repasse**-as obrigações por repasse decorrem de recursos financeiros de terceiros recebidos e pendentes de repasse. Seu valor justo aproxima-se ao valor contábil em função de seu reduzido prazo de vencimento. Para certas obrigações cujo vencimento ocorrerá em longo prazo, a remuneração sobre esses passivos é paga mensalmente pela Companhia e, portanto, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

Taxas de juros utilizadas para determinar o valor justo no reconhecimento inicial

Conforme nota explicativa 1, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012, do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários. Os créditos foram reconhecidos pelo valor justo no reconhecimento inicial no montante de R\$1.086.443.

O valor justo dos créditos foi calculado usando fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco com base na média ponderada das faixas de probabilidade do Grupo de resultados possíveis. *Inputs* e premissas essenciais utilizados no modelo em 24 de julho de 2012 incluem o seguinte:

- Taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa foi baseada na taxa de juros livre de risco para títulos de 10 anos emitidos pelo Tesouro, ajustada para um prêmio de risco para refletir os riscos relacionados a uma carteira de créditos, o risco sistemático da carteira e o risco de inadimplência, considerando que este não foi refletido nos fluxos de caixa.
- Os efeitos favoráveis e desfavoráveis do uso de premissas alternativas razoavelmente possíveis foram calculados pelo ajuste aos valores-modelo usando estimativas alternativas de fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustadas ao risco que poderia razoavelmente ter sido considerada por um participante de mercado para efeitos de precificação dos instrumentos no final do período de relatório.

- As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, baseadas na curva de rendimento de títulos do governo no final do período de relatório, mais uma margem de crédito definida em 3,92% que reflete uma volatilidade de um modelo.

Avaliação de inputs

O nível na hierarquia de valor justo dentro do qual uma mensuração de valor justo é classificada em sua totalidade deve ser determinada na base do *input* de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. A operação de emissão descrita, em seu momento inicial foi mensurada ao valor de mercado e possui no método para aplicação de técnica de mensuração *inputs* não observáveis em mercado, sendo estes ajustados de forma particular em conformidade com as características e perfil de risco associados à operação, sendo esta mensuração de Nível 3.

1. Hierarquia pelo valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de certos ativos financeiros. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1 - Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- Nível 2 - Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3 - Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

Ativos financeiros designados ao valor justo	Nota	Saldo em 31/12/2021	Valor justo em 31 de dezembro de 2021	
			Mercado Ativo - Preço cotado (Nível 1)	Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (Nível 2)
Contas a receber - Credit Suisse	7.e	1.141.375	1.141.375	-
Contratos de opções flexíveis	8	9.729	9.729	-
Investimentos em Cias Abertas - Cemig, Copasa e Gerdau S.A.	11	191.057	191.057	-
Investimentos em Cias Fechadas - Grupo Gerdau, Codemge e BDMG	11	23.895	-	23.895
		1.366.056	1.342.161	23.895

A nota explicativa 11 apresenta a reconciliação dos saldos iniciais e finais dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo no nível 1 da hierarquia do valor justo, cujos registros foram efetuados em outros resultados abrangentes.

As Companhias Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Codemge e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, não são empresas listadas em bolsa de valores e, conseqüentemente, os preços de mercado de suas ações não estão disponíveis. Para esses investimentos, a Companhia executa os seguintes procedimentos para assegurar que os valores contabilizados não excedem o seu valor recuperável: (a) para empresas que publicam suas Demonstrações Financeiras, a mensuração é feita por meio de consulta às DF's publicadas. (b) para empresas que não publicam suas demonstrações financeiras, é realizada consulta ao departamento de relações com investidores para se obter o valor patrimonial das ações. Dessa forma, esses investimentos em instrumentos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo histórico, limitado ao seu valor patrimonial atual, pois é a forma mais confiável para estimar o seu valor justo.

24. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contratados pela Companhia era composta por:

Natureza do Seguro	31/12/2021	31/12/2020
Responsabilidade Civil	3.000	3.000
Patrimonial	-	1.400
TOTAL	3.000	4.400

As premissas de riscos adotadas pela Companhia para contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de Demonstrações Financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

25. Dados Operacionais e Financeiros das Atividades Relacionadas à Consecução dos Fins de Interesse Coletivo

Em atendimento ao disposto no inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 13.303/16 e no inciso VI do artigo 13 do Decreto Estadual nº 47.154/17, informamos que as principais atividades desempenhadas pela Companhia atualmente, em atendimento ao interesse coletivo, é a gestão de ativos, que compreende a recuperação de créditos e a administração e a alienação de bens imóveis, abrangendo:

- Ativos próprios adquiridos pela MGI por meio de contrato de cessão com os bancos privatizados BEMGE e CREDIREAL e pela incorporação da EMIP, correspondentes a 27.762 créditos e 38 imóveis, que geraram receitas de R\$4.194 no exercício.
- Ativos do Estado de Minas Gerais administrados pela Companhia mediante contratos de prestação de serviços. Atualmente, a Companhia administra 1.410 créditos em liquidação e 815 imóveis recepcionados pelo EMG em decorrência da extinção da Minascaixa e da privatização dos bancos Bemge e Credireal, bem como 118 imóveis não de uso, de propriedade da administração direta do EMG. No período dessas Demonstrações Financeiras, a MGI repassou ao EMG o montante de R\$55.352 referente a recuperação de créditos e venda de imóveis, propiciando arrecadação de receitas para os cofres públicos e redução das despesas inerentes a esses ativos.

Outras atividades desempenhadas pela Companhia para a consecução do interesse coletivo são a emissão de debêntures subordinadas (Nota 12) com recursos utilizados para compra de direitos de crédito autônomos do Estado de Minas Gerais (Nota 7.c), debêntures simples de quinta emissão (Nota 6 e 12), que reestruturou a quarta emissão, cujos recursos foram destinados a programas sociais previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental do Estado de Minas Gerais, e promover por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações ações que visem o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

26. Eventos Subsequentes

Fechamento de Capital

Por meio de Assembleia de Acionistas em 19 de janeiro de 2022 foi autorizado o cancelamento do registro de companhia aberta da Emissora na categoria B, nos termos e para fins do art. 47, IV, e 47 §3º, III, da Instrução CVM nº480/2009, visando a redução de custos.

Em 11 de fevereiro de 2022, a Assembleia de Debenturistas anuiu o cancelamento do registro de companhia aberta da Emissora na categoria B, tendo em vista a deliberação da assembleia geral de acionistas da Emissora, tomada em 19 de janeiro de 2022, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 19 de janeiro de 2022, de cancelar o registro de companhia aberta. A anuência do titular das Debêntures com relação ao fechamento de capital da Emissora não deve ser interpretada como novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações das Debêntures, cujos termos e condições continuarão válidos, exigíveis e em vigor, conforme pactuado na Escritura de Emissão e autorizou para que o Agente Fiduciário e a Emissora tomem todas as providências necessárias para dar cumprimento à deliberação objeto desta Assembleia perante a CVM.

Conselho de Administração

Fabio Rodrigo Amaral de Assunção - Presidente
Andresa Linhares de Oliveira Nunes - Vice-Presidente
Eduardo Guardiano Leme Gotilla - Membro
Ricardo Lopes de Alvarenga - Membro
Silvia Caroline Listgarten Dias – Membro
Marcos Antônio Alves Penido - Membro

Diretoria Executiva

Weverton Vilas Boas de Castro - Diretor-Presidente
Nilma Alves dos Santos Gonçalves - Diretora Administrativo-Financeira e de Relação com Investidores
Danielle Cristine de Faria - Diretor de Negócios

Contador responsável

Jefferson Lucas de Melo
CRC/MG 110.042/O-8